

PARTE II

Breve caracterização das entidades selecionadas para o estudo na ótica da Equidade de Gênero, Raça e Etnia

| | ENTIDADE | FICHA | Pág |
|--|--|-------|-----|
| | PDVSA - Petróleos de Venezuela, S.A. | 01 | 44 |
| | PETROBRAS - Petróleo Brasileiro, S.A. | 02 | 48 |
| | YPF - Yacimientos Petrolíferos Fiscales, S.A. | 03 | 51 |
| | ITAIPU Binacional | 04 | 54 |
| | SALTO GRANDE - Hidrelétrica Binacional de Salto Grande | 05 | 58 |
| | YACYRETÁ EBY - Entidad Binacional Yacyretá | 06 | 60 |
| | Banco do Sul | 08 | 62 |
| | BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | 07 | 64 |
| | ALADI - Associação Latino-Americana de Integração | 09 | 69 |
| | CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina | 10 | 71 |
| | MERCOSUL - Mercado Comum do Sul | 11 | 73 |
| | UNASUL - União das Nações Sul-Americanas | 12 | 78 |

Ficha 01: PDVSA

1. PERFIL DA EMPRESA

- 01 Caracterização geral da empresa** A empresa estatal venezuelana da área petrolífera **PDVSA** fundada em 1975 e sediada em Caracas, é a 3ª maior empresa da América Latina – depois da **Petrobrás** e da **PEMEX** (Petróleos Mexicanos) – e a 5ª em nível mundial (2012). Executora da política venezuelana em matéria de hidrocarburos, a empresa se dedica à exploração, produção, refino, comercialização e transporte do petróleo do país. Como tal, sua produção é atualmente (2012) de cerca de 3,0 milhões de barris diários, 85% da qual é exportada (2,56 milhões de barris). O volume financeiro da totalidade de suas atividades alcançou 124,5 bilhões de US\$ o ano passado (2012), o que gerou um montante global de impostos pagos ao Estado venezuelano da ordem dos 19,3 bilhões de US\$.¹ Por outro lado, assegura perto de 130 mil empregos diretos.² Contudo, em função do papel político-financeiro estratégico que vem sendo atribuído pelo Governo à PDVSA nos últimos dez anos, desde a refundação da política petrolífera venezuelana, a empresa está envolvida com atividades que extrapolam largamente o seu objeto principal e visam o fomento do “desenvolvimento sustentável integral e equitativo”.³ Em particular, através do financiamento de inúmeras ações, projetos e atividades agrícolas, agroindustriais, industriais, comerciais, de serviços e de desenvolvimento na área social (educação, saúde, transporte público, habitação, cultura, etc.).
- 02 Participação acionária do Estado** É uma sociedade anônima de capital fechado, cujo capital social (298,2 milhões de US\$)⁴ é subscrito a 100% pelo Estado (República Bolivariana da Venezuela).
- 03 Órgão do governo a que está vinculada** A titularidade do Estado venezuelano sobre a PDVSA é exercida pelo MENPET (Ministerio del Poder Popular de Petróleo y Minería), órgão de tutela ao qual a empresa se está vinculada e que supervisa suas atividades.
- 04 Como é regida: Legislação e normas** Além da [Ley Orgánica de Hidrocarburos Gaseosos](#) (set, 1999), o novo marco legal da PDVSA é configurado pela seguinte legislação e normas que regem as estratégias, o funcionamento e as atividades da empresa:
- [Estatutos de PDVSA](#) (dezembro, 2002) – Regula a organização interna, define as suas instâncias de gestão/decisão e o funcionamento da empresa.
 - [Ley Orgánica de Hidrocarburos](#) (maio, 2006) – Trata, entre outras coisas, da participação da PDVSA no “Desenvolvimento Social e Integral” do país.
- Área de RSE:** Não foram encontradas outras referências a qualquer tipo de legislação ou normas específicas relativas à atuação da empresa nesta área.
- 05 Estrutura administrativa** Estrutura da empresa é composta por: uma (i) Assembleia Geral (formada pelos representantes do Ministério de Energia e Minas e demais ministérios designados pela Presidência da República); uma (ii) “Junta Directiva” (Conselho de Administração – CA, composto por 11 membros,⁵ com mandato de 2 anos, cujas presidência e vice-presidência são geralmente ministros designados pela Presidência da República – PR⁶; um (iii) Conselho de Acionistas com 3 membros (representantes de ministérios) designados pela PR e (iv) várias Diretorias e Conselhos/Comitês (por áreas foco ou de interesse da empresa).⁷
- 06 Outras informações** **Escritórios/filiais internacionais estratégicas:** PDVSA possui escritórios e filiais em outros 5 países estratégicos para os planos da empresa. Estes asseguram as relações comerciais com seus sócios na América Latina (**Argentina, Brasil e Cuba**) ou com países europeus com forte potencial de investimento na área petrolífera (**Holanda e Reino Unido**).
- Outros negócios internacionais:** Além dos 5 países citados acima, os negócios da PDVSA se estendem a vários outros países e regiões (**Caribe, Curaçao, Bahamas, USA, Alemanha**, etc.), nos quais possui diversas filiais ou participações acionárias em outras empresas do ramo petrolífero (Rulor Oil Gmbb, AB Nynäs Petroleum, filial PDV UK, filial CITIGO nos USA, Bonaire Petroleum Corporation, etc.).⁸

¹ Fonte: Balance de Gestión Social y Ambiental 2012. Cálculo com base na taxa de câmbio Bs/US\$ = 4,29288 (31.12.2012).

² A documentação consultada é algo contraditória no que toca ao número de empregos diretos existentes na PDVSA e suas filiais no final do ano 2012: este varia entre 127,2 mil (pág. 19) e 129,9 mil (pág. 74-77) - em ambos os casos envolvendo as (bastantes confusas) categorias “contratuales”, “non contratuales”, “contratistas” e outras mais. (Balance de Gestión Social y Ambiental 2012)

³ Ou seja, o papel de “motor fundamental del desarrollo del país buscando la Suprema Felicidad Social, tal como lo sugiere el del Proyecto Nacional Simón Bolívar y el Primer Plan Socialista (PPS) de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007–2013 y el Plan de la Patria 2013-2019” (Balance de Gestión Social y Ambiental 2012).

⁴ Cálculo com base na taxa de câmbio Bs/US\$ = 4,29288 (31.12.2012).

⁵ Composição da Junta Directiva (julho 2013): 1 Presidente, 3 vice-presidentes e 7 outros membros. Dentre estes últimos: 3 ministros de Estado e 1 representante dos trabalhadores (Federación Unitaria de Trabajadores del Petróleo, Gas, Similares y Derivados de Venezuela - FUTPV).

⁶ A gestão corrente do CA é exercida pelo Presidente, cujo posto é ocupado pelo Ministro para a Energia e Petróleo (Julho 2013).

⁷ Não foi possível obter informações mais precisas sobre estas Diretorias e Conselhos.

⁸ http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuprinc.tpl.html&newsid_temas=29 (acesso: 04.7.2013)

Reservas de petróleo e gás: Em termos globais, a PDVSA é a detentora das maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo (297,7 bilhões de barris em 2012),⁹ ¹⁰ ultrapassando a **Arábia Saudita** (264,5 bilhões) e o **Canadá** (180 bilhões), segundo e terceiro lugar mundiais, respectivamente.¹¹ O que representa 25% das reservas dos países da OPEP. Detém, igualmente, 196 bilhões de m³ de reservas de gás natural (1º lugar na América Latina e 8º lugar mundial).

2. COMPROMISSOS DA EMPRESA

2.1 Tipos e níveis de compromissos (áreas social e responsabilidade social)

07 Internacionais

Não foi possível obter informações muito detalhadas sobre os compromissos internacionais da empresa relacionados com estas áreas específicas.

No último relatório acerca da gestão ambiental e social (2012), contudo, é feita uma rápida menção da adesão da PDVSA às **Metas do Milênio** das Nações Unidas (PNUD, 2000). A empresa afirma que essas Metas foram uma das fontes de inspiração¹² para definir seu alinhamento com uma política de “promoção da igualdade de gênero”, a qual constitui uma das 9 “categorias gerais” das suas “linhas estratégicas, metas, orientações, políticas e objetivos”.¹³

O detalhamento dessa política, contudo, se limita a afirmar a sua preocupação como o equilíbrio de gênero nas novas contratações da empresa (realizadas em 2012), ainda que uma análise mais apurada dos dados avançados para sustentar essa preocupação chegue a resultados paradoxais.

08 Nacionais

Compromissos nacionais reforçam foco no desenvolvimento social

Em termos globais, os compromissos da empresa no âmbito nacional, tanto no plano das políticas de fomento do desenvolvimento, quanto da área social propriamente dita, têm se subordinado às diretrizes e planos de desenvolvimento de longo prazo do país.¹⁴

Em termos históricos, essa orientação ocorreu após a crise gerada pelo *paro petrolero 2002-2003*,¹⁵ quando o controle efetivo da PDVSA (até então um verdadeiro “estado paralelo”, com agenda própria e independente das políticas e prioridades governamentais)¹⁶ pelo governo federal passou a servir de base para a construção de uma política destinada a acelerar a solução dos problemas econômicos e sociais do país através do controle e da gestão política dos recursos financeiros gerados pela economia petrolífera. O que, de certa forma, tenderia a transferir responsabilidades de Estado e governo para a estatal petrolífera, cuja ação social e “desenvolvimentista” se encontra hoje largamente ampliada.

Essa opção se traduz em objetivos estratégicos e uma política de investimentos que vão além da “mera rentabilidade” empresarial e incluem (i) a redistribuição social da riqueza gerada pela economia petrolífera, (ii) apoiar o desenvolvimento socioeconômico do país pela via da “industrialização e de políticas de equidade social” e (iii) contribuir para fomentar a cooperação com vistas à “integração latino-americana” num contexto de construção da multipolaridade envolvendo os “países aliados” da região.

Esses financiamentos voltados para as áreas do desenvolvimento e social são alimentados diretamente com os recursos da PDVSA (em parte, oriundos de um mecanismo de repasse dos excedentes dos preços do petróleo no mercado mundial) e representam, assumidamente, formas de transferência à população de uma parte da riqueza gerada pelo petróleo pela via de **ações/programas de infraestrutura e sociais** (incluindo os que alegadamente visam implantar “políticas de promoção da equidade social”), em grande parte decididos e geridos ou supervisionados pelo poder público.

Visão estratégica da empresa: oportunidade para a cooperação internacional na área da responsabilidade social?

As visões “desenvolvimentista e social” e pró “integração latino-americana” de parte dos investimentos da empresa podem ser interpretada, de certa forma, como uma oportunidade para um possível desenvolvimento de formas de cooperação

⁹ Estudos recentes (2010), sobre as reservas ainda não comprovadas existentes na Faixa Petrolífera do Orenoco, apontam para potenciais reservas do país em torno dos 511 bilhões de barris (perto de 72% superior ao atual).

¹⁰ Admitindo-se o ritmo atual de extração de petróleo no país, estima-se que essas reservas garantiriam a atividade durante os próximos 272 anos. Ou seja, 3,5 vezes mais do que a Arábia Saudita e quase 2 vezes mais do que o Canadá, seus dois maiores concorrentes em termos de reservas.

¹¹ <http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1618> (acesso: 20.07.2013).

¹² A outra fonte foi o “Proyecto Nacional Simón Bolívar 2007-2013 (I Plan Socialista)”.

¹³ As demais 8 “categorias gerais”: combater a pobreza, universalizar a educação, atenção integral à saúde, preservação do meio ambiente, promoção da soberania tecnológica, aprofundamento da construção do socialismo, promoção da nova geopolítica nacional e promoção da soberania energética.

¹⁴ Num dos últimos balanços da empresa, por exemplo, é sublinhado o seu alinhamento estratégico com o recente “Plan de la Patria para la Gestión Bolivariana Socialista 2013-2019” (Balance de la Gestión Social y Ambiental, 2012).

¹⁵ Como é conhecida na Venezuela a maior greve patronal do país e da América Latina, desencadeada pela luta pelo controle da PDVSA, considerada o pilar econômico do país, associada à contestação do Governo Chaves. Desencadeada poucos meses após a tentativa frustrada do golpe de estado (abril 2002), essa greve (também chamada de “sabotaje petrolero”), contou com o apoio massivo dos segmentos patronais do país e paralisou a sua economia entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003.

¹⁶ Agenda “própria” em termos, pois a abertura da caixa preta da administração da PDVSA anterior a 2003 revelou inúmeros indícios e provas das imensas concessões (no regime fiscal, nos convênios operativos abusivos, no controle externo de fato da exploração petrolífera nacional, etc.) feitas às multinacionais (associadas a uma pequena elite tecnocrática nacional) que controlavam o essencial dos benefícios da economia petrolífera do país.

internacional (com os demais países latino-americanos) no âmbito das áreas social e da responsabilidade social.

Ou seja, em princípio, essa filosofia pode abrir perspectivas no sentido da PDVSA poder vir a ser **sensível a demandas de responsabilidade social desse tipo advindas de países que integram as instâncias regionais de cooperação** das quais a Venezuela é parte integrante, como o Mercosul ou a ALADI,¹⁷ por exemplo.

Resta saber, contudo, até que ponto a empresa estaria receptiva a demandas focadas na **igualdade de gênero**, temática pouco presente na informação institucional e nos relatórios de gestão social, e, ainda por cima, provenientes de entidades não governamentais, autônomas que, inclusive, não aparecem mencionadas como possíveis atores sociais de execução de seus investimentos sociais na Venezuela. A única exceção parece ocorrer no exterior (USA).¹⁸

09 Política institucional de promoção da equidade de gênero

Política de gênero da empresa

Uma das principais referências neste campo, que vem explicitada no último relatório de gestão ambiental e social da empresa (2012), refere-se às suas “políticas de igualdade de gênero e inclusão a social”, mas limita-se a analisar a participação das mulheres na força de trabalho da PDVSA. Esta representaria cerca de 24% dos cerca de 130 mil empregos diretos da empresa e filiais: 23,7% dos empregos nas filiais “petrolíferas” e 23,9% nas “não-petrolíferas”.¹⁹

Curiosa e paradoxalmente, quando a empresa analisa o seu alinhamento com as Metas do Milênio das Nações Unidas (PNUD, 2000), e aborda mais uma vez a sua política de promoção da igualdade de gênero, menciona que do total dos empregos criados em 2012 (10.189 postos) o percentual de mulheres mal atinge os 20%.²⁰

E quando analisa os tipos de contratação desses novos empregos, revela que apenas 69% das mulheres ingressaram na empresa na categoria de “contratual” (enquanto essa participação foi de 77% para os homens) e os restantes 31% na precária categoria de “não contratual” (23% para os homens).²¹

Política de inclusão social – mulheres: A inclusão social é abordada poucas vezes na documentação da empresa e sempre de forma muito dispersa e vaga, sem referências precisas à equidade de gênero ou a qualquer política particular de discriminação positiva a favor das mulheres.

10 Outros tipos de compromissos

Não foi possível obter informações sobre outros tipos de compromissos da empresa relacionados com as áreas social e de responsabilidade social.

2.2 Evidências do engajamento efetivo nos compromissos assumidos/aderidos

11 Previsões legais estatutárias...

Não foram encontradas este tipo de evidências, visando o engajamento efetivo da empresa com relação a compromissos sociais focados na “promoção da igualdade de gênero” ou políticas similares dirigidas às mulheres. (Ver **item 09**)

12 Inserção das temáticas de equidade de GRE na política...

Não foram encontradas evidências de engajamento efetivo da empresa com relação a compromissos focados na “promoção da igualdade de gênero” na política de recursos humanos da empresa. (Ver **item 09**)

3. INVESTIMENTOS SOCIAIS

3.1 Investimentos sociais e de responsabilidade social – Em geral

13 Modalidades

Investimentos sociais: As atividades da PDVSA na área do investimento/desenvolvimento social são operadas/executadas por meio de um grande número de fundos, ações e outras iniciativas desenvolvidas desde 2001 – principalmente depois de 2003, após o *paro petrolero* de 2002-2003 e a passagem do efetivo controle da gestão da PDVSA para as mãos do Governo – que têm como especial foco os segmentos sociais mais carentes/ excluídos do país ou as regiões e populações sob impacto ou influência direta das atividades da empresa.

Estes financiamentos são alimentados diretamente com os recursos da PDVSA (com base numa política, decidida ao mais alto nível do país, de repasse dos excedentes financeiros obtidos com a oscilação do preços do petróleo no mercado mundial) e representam, assumidamente, formas de transferência à população de uma parte da riqueza gerada pelo petróleo, pela via de **programas de infraestrutura e de desenvolvimento social** (incluindo os que alegadamente visam implantar “políticas de promoção da equidade social”). Ações que são, em grande parte, decididas, geridas e

¹⁷ Associação Latino Americana de Integração criada pelo Tratado de Montevideu de 1980 (e com sede nessa cidade), focada na área da cooperação comercial e econômica, mas que possui entre seus objetivos o de fomentar “vínculos de solidariedade e cooperação entre os povos latino-americanos” (países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

¹⁸ Como acontece com os fundos que a Fundação Bolívar repassa para a Fundação CITGO, que atua no sul do Bronx (NY, USA), onde apoia projetos de 74 organizações locais sem fins lucrativos.

¹⁹ Ou seja, 30.802 postos de trabalho num total de 129.836. O que representa 25.219 postos nas filiais petrolíferas (diretamente envolvidas nas atividades de exploração/produção, refino, comércio e distribuição de petróleo) e 5.583 postos nas filiais não-petrolíferas (envolvidas nas demais áreas de atividade da empresa: agricultura, desenvolvimento urbano, indústria alimentar, indústria naval, saúde, etc.). (Balance de la Gestión Social y Ambiental, 2012).

²⁰ Em 2012 ingressaram na empresa 2.035 mulheres e 8.154 homens (Balance de la Gestión Social y Ambiental, 2012, p 88).

²¹ Infelizmente, essas categorias não são claramente explicadas nos textos da empresa.

supervisadas pelo Estado. Nesse contexto, os financiamentos da PVDSA assumem, de certa forma, a função de um ministério “sombra” de promoção do desenvolvimento das infraestruturas e serviços sociais e econômicos do país.

Financiamento de ONGs: Não encontramos informações precisas ou evidências claras de financiamentos/repasses financeiros para setores autônomos da sociedade civil. Ou seja, diretamente para ONGs independentes ou outros tipos de entidades sociais dotadas de autonomia com relação à própria empresa ou aos vários níveis do poder público (ministérios, empresas estatais, administrações locais, etc.). Esta área carece de pesquisa mais aprofundada.

14 Características

Tipos e montantes dos financiamentos

Dentre os vários fundos e outras modalidades de operação dos financiamentos da empresa destinados à área social (através do repasse de recursos para iniciativas, programas e projetos dos ministérios, governos locais, organizações sindicais e populares, etc.), destacam-se os seguintes:

- **Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA)**, que operou entre 2004 e 2006;²²
- **Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN)**, criado em 2005;
- **Misiones Sociales:** mais de uma quinzena de diferentes **programas/ações** de desenvolvimento e apoio social com **foco temático** (ciência, alimentação, música, etc.) ou espacialmente **localizados** (regiões, bairros, comunidades, etc.), com ênfase nos setores sociais excluídos e populações das áreas de influência da atuação da empresa;
- **vários fundos, programas e projetos sociais** (Fondo Alba Caribe, Fondo Seguridad, Fondo Miranda, Fondo Chino, Fondo Deporte, Núcleos de Desenvolvimento Endógeno, projetos agrícolas, projetos comunitários, etc.).

Financiamento do desenvolvimento social (2001 – 2012)

Entre 2001 e 2012 os aportes financeiros da PDVSA – através destes diferentes fundos financeiros, programas e ações – para o desenvolvimento social totalizaram perto de **166 bilhões de US\$**, com especial concentração dos financiamentos nos últimos 5 anos (2008-2012). Ou seja, uma média anual de **13.826 bilhões de US\$** ao longo desses 12 anos.²³

Tabela: Contribuições da PDVSA para a área do desenvolvimento social (2001 – 2012 / em milhões US\$) (*)

| Tipo de contribuições | TOTAL | 2012 | 2001-2011 | Média 2001-2012 |
|---|----------------|---------------|----------------|-----------------|
| Financiamentos para desenvolvimento social (**) | 106.156 | 28.293 | 77.863 | 8.846,3 |
| Contribuições para o FONDEN | 59.759 | 15.572 | 44.187 | 4.979,9 |
| TOTAL | 165.915 | 43.865 | 122.050 | 13.826,2 |

Fonte: PDVSA – Balance de la Gestión Social y Ambiental, 2012 (pág. 157).

(*) Não inclui o FONDESPA, que atuou entre 2004 e 2006 e mobilizou 4.229 milhões de US\$;

(**) Inclui 31 outros financiamentos: “Misiones”, Programas Sociais e Fundos específicos (Chino, Seguridad, Miranda, Deporte, etc.).

3.2 Investimentos sociais e de responsabilidade social

Temáticas: gênero, raça e políticas para as mulheres.

- 15 Linhas de ação prioritárias** Não encontramos informações precisas ou evidências da existência de linhas de ação prioritárias para as temáticas de gênero, de raça ou relacionadas com políticas para as mulheres (apenas algumas referências vagas quanto à equidade social e à igualdade de condições salariais praticada dentro da empresa, mas sem evidências que o comprovem).
- 16 Volume de recursos** Em função do que foi dito acima, não se aplica.
- 17 Nº de iniciativas e beneficiários** Em função do que foi dito acima, não se aplica.
- 18 Tipo de relações com ONGs** Como já dissemos acima, não encontramos informações precisas ou evidências claras de financiamentos/ repasses financeiros diretamente a ONGs independentes e muito menos a ONGs relacionados com estas temáticas.

²² Este fundo atuou entre 2004 e 2006, sendo substituído pelo FONDEN. Nesses período mobilizou cerca de **4.3 bilhões de US\$** (projetos de infraestrutura, desenvolvimento agrícola, transporte, etc.).

²³ Sublinha-se, entretanto, que essas estimativas são aproximadas (embora realizadas com base nas tabelas detalhadas que são reproduzidas no documento da empresa que foi consultado (Balance de la Gestión Social y Ambiental, 2012 – Tabela da página, 157). Verificam-se grandes discrepâncias sobre estes valores nesse documento. O FONDEN, por exemplo, aparece em outra tabela situada 130 páginas antes (pág. 27), com um total de US\$ 59.759 milhões de financiamentos no mesmo período analisado (2001-2012) – uma diferença de US\$ 3.396 milhões. E os demais financiamentos para o desenvolvimento social (Misiones, Programas sociais, etc.) comparecem nessa tabela da página 27 com apenas US\$ 56.363 milhões no período (US\$ 49,8 mil milhões a menos do que na tabela reproduzida 130 páginas mais adiante - pág. 157).

Ficha 02: PETROBRÁS

1. PERFIL DA EMPRESA

- 01 Caracterização geral da empresa** Criada em 1953, a Petrobrás é uma empresa estatal de economia mista, de energia, que atua diretamente ou por intermédio das subsidiárias, coligadas e controladas (denominadas em conjunto “Sistema Petrobras”), na indústria de óleo, gás natural e energia, de forma integrada. É a maior empresa do Brasil e a 7ª maior empresa de energia do mundo, estando presente em 25 países.²⁴
- Sua produção diária é de cerca de 2,6 milhões de barris diários e 472,3 mil barris de gás natural. O volume financeiro da totalidade de suas atividades alcançou US\$ 124,5 bilhões de o ano passado (2012). Sua receita líquida foi de R\$ 281 bilhões e lucro líquido R\$ 21 bilhões.
- 02 Participação acionária do Estado** É uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo brasileiro, que possui 50,26% das ações ordinárias. Possui mais de 573 mil acionistas.
- 03 Órgão do governo a que está vinculada** Ministério de Minas e Energia.
- 04 Legislação e normas**
- Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976);
 - Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 – Política Energética Nacional;
 - Estatuto da PETROBRÁS;
 - Código de Ética do Sistema Petrobrás.
- 05 Estrutura administrativa**
- Estrutura de governança corporativa:** Conselho de Administração e seus três comitês (Auditoria; Remuneração e Sucessão; e Meio Ambiente), Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Ouvidoria Geral, Comitê de Negócios e Comitês de Integração.
- Conselho de Administração (CA):** responsável pela orientação e direção superior da companhia, é composto por dez membros eleitos – nove pelos acionistas e um representante dos empregados –, sendo quatro deles independentes. Em 2012 apenas **4 mulheres participavam** do CA, ou seja, 29%.
- Comitês do Conselho de Administração:** três comitês (Auditoria, Meio Ambiente e Remuneração & Sucessão), compostos por três conselheiros, com o objetivo de auxiliar o Conselho por meio de análise e recomendações de matérias específicas.
- Diretoria Executiva:** composta pelo presidente e sete diretores eleitos pelo Conselho de Administração
- Presidência:** atualmente é ocupada por uma mulher.
- 06 Outras informações** Na América Latina atua, além do Brasil, na **Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.**

2. COMPROMISSOS DA EMPRESA

2.1 Tipos e níveis de compromissos (áreas social e responsabilidade social)

- 07 Internacionais**
- Princípios de Empoderamento das Mulheres;
 - Responsabilidade social - norma internacional ISO 26000;
 - Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU);
 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- 08 Nacionais**
- Protocolo de intenções com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para estratégias conjuntas de fortalecimento de ações afirmativas, promoção da igualdade racial e combate ao racismo;
 - Declaração de Compromisso Corporativo de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.
- 09 Política institucional de promoção da equidade de gênero** Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.
- 10 Outros tipos de compromissos** Não foi possível obter informações sobre outros tipos de compromissos da empresa relacionados com as áreas social e de responsabilidade social.

²⁴ Fonte: PFC Energy (janeiro, 2013)

2.2 Evidências do engajamento efetivo nos compromissos assumidos/aderidos

11 Previsões legais estatutárias ou no planejamento estratégico

Criação da Política de Responsabilidade Social (2007) e da Gerência Executiva de Responsabilidade Social (2012).

Missão: Atuar de forma segura e rentável, **com responsabilidade social** e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua.

Atributos da Visão 2020: Forte presença internacional, Referência em **responsabilidade social** e ambiental e Comprometimento com o desenvolvimento sustentável

Código de Ética do Sistema PETROBRAS:

- ✓ atuar de modo a contribuir decisivamente para o desenvolvimento econômico, tecnológico, ambiental, social, político e cultural do Brasil e dos países onde atua;
- ✓ exercer influência social, em todos os meios, como parte do exercício de sua responsabilidade econômica, ambiental, social, política e cultural para com o Brasil e os países em que atua;
- ✓ contribuir com o poder público na elaboração e execução de políticas públicas gerais e de programas e projetos específicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável;
- ✓ estimular a conscientização social e o exercício da cidadania ativa por parte de todos os seus empregados, por meio de seu exemplo institucional e pelo desenvolvimento de programas de educação para a cidadania.

A empresa assinou recentemente (20/08/2013) um termo de cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em prol da promoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 no âmbito municipal. De acordo com essa iniciativa, serão destinados R\$ 8 milhões para o projeto “Movimento ODM Brasil 2015 – Desenvolvimento de capacidades, de justiça econômica sustentável e promoção de boas práticas para alcance dos Objetivos do Milênio no Brasil”.

Empresa “Amiga da Criança” segundo classificação da Fundação Abrinq.

12 Inserção das temáticas de equidade de GRE na política de recursos humanos

- **Subcomissão de Diversidade** da empresa, vinculada à Comissão de Responsabilidade Social;
- **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça:** a empresa recebeu o selo do programa nas suas 4 edições;
- **Caravana Siga Bem 2012:** Esta ação percorreu 41 cidades em 18 estados brasileiros, com o objetivo principal de combater a violência contra as mulheres e a exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como de disseminar informações para a cidadania e segurança nas estradas.

Política de emprego e equidade de gênero, raça e etnia:

(Relatório de Sustentabilidade 2012 | Práticas Trabalhistas e Direitos Humanos)

Tabela 01: Participação de mulheres e negros no quadro funcional da empresa

| Tipo | Nº Empregados | % Empregados | % Cargos de chefia |
|----------|---------------|--------------|--------------------|
| Mulheres | 14.536 | 17% | 15,0% |
| Negros | 20.158 | 24% | 24,6% |

Tabela 02: Proporção do salário-base das mulheres com relação ao dos homens

| Tipo de função | Nível Médio | Nível Superior |
|------------------------|-------------|----------------|
| Sem função gratificada | 1,05 | 0,94 |
| Com função gratificada | 0,93 | 0,92 |
| TOTAL | 0,98 | 0,93 |

Tabela 03: Proporção da remuneração das mulheres com relação aos homens

| Tipo de função | Nível médio | Nível superior |
|------------------------|-------------|----------------|
| Sem função gratificada | 0,94 | 1,02 |
| Com função gratificada | 0,90 | 0,92 |
| TOTAL | 0,91 | 0,95 |

3. INVESTIMENTOS SOCIAIS

3.1 Investimentos sociais e de responsabilidade social – Em geral

13 Modalidades

Projetos sociais: Em 2012, os investimentos em projetos sociais da Petrobrás totalizaram mais de R\$ 201 milhões. Boa parte dessas iniciativas se localiza no Brasil, onde é realizado o Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania.

Tabela 04: Investimentos em projetos sociais (2012)

| Linha de Atuação | Nº de Projetos | Valor (R\$ 1.000) |
|---|----------------|-------------------|
| Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho | 156 | 50.953 |
| Educação para a Qualificação Profissional | 105 | 60.841 |
| Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente | 230 | 59.984 |
| Fortalecimento de Redes e Organizações Sociais | 33 | 7.733 |
| Difusão de Informações para a Cidadania | 76 | 20.819 |
| Outros | 16 | 845 |
| TOTAL | 616 | 201.178 |

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2012 (Idem)

Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania - seleção pública de projetos que contribuam para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil, segundo as seguintes linhas de atuação:

- Geração de renda e oportunidade de trabalho;
- Educação para a qualificação profissional;
- Garantia dos direitos da criança e do adolescente (na área de proteção com destaque para saúde, creche e pré-escola, combate ao trabalho infantil, combate à exploração sexual e programas socioeducativos).

14 Características

Seleção Pública de Projetos Sociais 2012: Apoio a projetos voltados para a superação da pobreza e da desigualdade no país. Poderão ser inscritos projetos que solicitem valor de patrocínio de até R\$ 1,650 milhão para 24 meses de execução, com possibilidade de renovação por igual período.

Os projetos passam por triagem administrativa e triagem técnica, sendo posteriormente analisados pela Comissão de Seleção e, finalmente, aprovados pelo Conselho Deliberativo

Para promover a igualdade de condições no acesso aos recursos da Seleção Pública, a Petrobras realizará Caravanas Sociais até o final do período de inscrições. As caravanas presenciais serão realizadas em 30 cidades de todos os estados brasileiros e serão livres e gratuitas

Número e montantes dos financiamentos: Na seleção pública de 2012 foram selecionados 130 projetos de um montante total de R\$ 145 milhões para um período de 24 meses.

3.2 Investimentos sociais e de responsabilidade social

Temáticas: gênero, raça e políticas para as mulheres.

15 Linhas de ação prioritárias

No âmbito do Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania, o roteiro de elaboração dos projetos destaca que gênero, igualdade racial, pessoas com deficiência, pescadores e outros povos e comunidades tradicionais são temas transversais e solicita a indicação de inclusão/abordagem de algum desses temas nos projetos.

16 Volume de recursos

Perto de R\$ 201,2 milhões no ano de 2012.

17 Nº de iniciativas e beneficiários

Programa Petrobrás de Desenvolvimento & Cidadania:

Tabela 05: Seleção Pública de Projetos 2012 – Resultados Brasil

| Projetos relacionados às seguintes palavras-chave | Nº Projetos |
|---|-------------|
| Mulher | 22 |
| Sexual | 05 |
| Racial/Quilombola | 06 |
| Indígena | 07 |

Fonte: Seleção Pública do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania – 2012.

18 Tipo de relações com ONGs

Seleção pública de projetos: Podem se inscrever na seleção pública pessoa(s) jurídica(s) constituídas sob as leis brasileiras, sem fins lucrativos e com atuação no terceiro setor, tais como: associações, fundações, OSCIPs ou organizações sociais.

19 Referências

www.petrobras.com.br e <http://dec.petrobras.com.br/resultado/>

Ficha 03: YPF

1. PERFIL DA EMPRESA

01 Caracterização geral da empresa

A empresa estatal argentina da área petrolífera YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales, S.A.), criada em 1922 em 1975 e sediada em Buenos Aires, dedica-se à exploração e produção de petróleo e gás natural, comércio e exportação de gás natural e GNL (gás natural liquefeito), refino de petróleo e petroquímica. Produz cerca de 280 mil barris de petróleo/dia ²⁵ e emprega cerca de 46.000 pessoas direta ou indiretamente (2013), cerca de ¼ das quais mulheres.

História recente

YPF era uma empresa estatal até à década de 1980, foi convertida em sociedade anônima no início dos anos 1990 e foi sendo progressivamente privatizada no governo de Carlos Menem, até cerca de 75% das suas ações serem controladas pelo setor privado em 1998. Sua privatização culminou em 1999 com a venda de cerca de 15% das ações do Estado argentino para a espanhola Repsol. No final de 2011 (13 anos após a sua privatização), o Estado argentino detinha 0,02% das ações da YPF e os restantes 99,98% eram detidos por investidores privados nacionais e estrangeiros, principalmente pela espanhola Repsol (57,4%).

Em abril de 2012, o Estado argentino decidiu controlar a empresa estatizando/ nacionalizando 51% do patrimônio da YPF (declarado de utilidade pública e sujeito a expropriação) em decorrência de uma gestão desastrosa da empresa pela Repsol, que associava níveis muito baixos de produção e de investimentos e pesquisa petrolífera (inclusive, com consequente redução drástica das reservas de petróleo da empresa). O que, em 2011, obrigou o país a importações de petróleo e gás sem precedentes, em níveis superiores aos da sua própria produção nacional.²⁶

02 Participação acionária do Estado

Desde maio de 2012 (data da aprovação da nacionalização parcial) ²⁷ YPF é uma sociedade anônima de capital aberto, na qual o Estado argentino detém 51% das ações (49% das quais são detidas pelas províncias e 51% pelo Estado). Total do capital social (pesos): \$ 3.933.127.930

03 Órgão do governo a que está vinculada

Quando da sua transformação em S.A. (13.05.1993), a YPF tinha como órgão de tutela a Secretaria de Energia do Ministério da Economia, Obras e Serviços Públicos da Época.

A tutela da YPF foi redefinida em 2012, após a sua nacionalização. Ou seja, foi estabelecido um novo marco legal da YPF, pela Lei 26741, de 03 de maio de 2012, que declarou o abastecimento petrolífero (de hidrocarburos) do país e 51% do patrimônio da **YPF S.A.** e da **Repsol YPF Gás S.A.** de interesse público, ficando esse patrimônio sujeito a expropriação. ²⁸

No bojo dessa lei foi criado o “**Conselho Federal de Hidrocarburos**” para coordenar o processo de nacionalização da YPF e definir a política petrolífera da Argentina a ser submetida à aprovação do Executivo Nacional.

Esse Conselho representa a atual entidade de tutela/vinculação da empresa ao governo. É presidido pelo representante do Estado argentino designado pelo Governo e nele estão presentes vários ministérios (Economia e Finanças Públicas; Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços; Trabalho, Emprego e Seguridade Social e o Ministério da Indústria), representados por seus respectivos titulares, bem como estão representadas as províncias do país e a Cidade Autônoma de Buenos Aires.

04 Legislação e normas

O novo marco legal da YPF S.A. é configurado pela seguinte legislação principal:

- **Estatutos da YPF S.A.** (inicial: Decreto 1.106/1993 / Alteração: (<http://www.ypf.com/inversoresaccionistas/gobierno/corporativo/Paginas/Estatutos.aspx>))
- **Ley 26741** (03-05-2012) – Declara de “Interés Público Nacional el logro del autoabastecimiento de hidrocarburos”, cria o “Consejo Federal de Hidrocarburos” e declara de “Utilidad Pública y sujeto a expropiación el 51% del patrimonio de YPF S.A. y Repsol YPF Gas S.A.”

05 Estrutura administrativa

Pelo que foi possível entender,²⁹ segundo o novo Estatuto da YPF pós-renacionalização, sua estrutura administrativa é configurada da seguinte forma:

- Uma **Diretoria** integrada por 12 membros (Diretores titulares), com mandado de 2 anos (exercícios), com possibilidade de serem reeleitos indefinidamente, e por igual número de suplentes (Diretores suplentes). A eleição destes membros ocorre no interior das **assembleias das diferentes classes de ações** da empresa, quais sejam: classe A (51% do capital - Estado), B (39% - investidores), C (10% - empregados da empresa) e D (composta pelas transfe-

²⁵ Essa produção quase o dobro no final da década de 1990 (190 mil barris em 1998).

²⁶ As importações de petróleo e gás e criaram um déficit de \$3 bilhões em 2011, o maior desde 1987. Foi a primeira vez em 17 anos que a Argentina teve que importar petróleo.

²⁷ O projeto de nacionalização/expropriação de 51% do capital da YPF foi aprovado pelo Senado argentino em 25.04.2012 e pela Câmara dos Deputados em 03.05.2012. (Lei 26741).

²⁸ As negociações entre o Governo argentino e a Repsol espanhola, para fixar o montante da expropriação (valor da indenização da participação acionária da Repsol na YPF que foi nacionalizada pela Lei 26741/2012) vêm decorrendo desde abril de 2012, sem que as partes tenham chegado a acordo final.

²⁹ Estatuto Social de YACIEMENTOS PETROLIFEROS FISCALES S.A.

rências de ações das três anteriores classes a qualquer pessoa).

- Um **Presidente** e um **Vice-presidente Executivos**;
- **Gerentes Gerais** executivos e administrativos - função exercida respectivamente pelo Presidente e Vice-Presidente, em acúmulo de funções;
- **Conselho Fiscal** (3 titulares + 3 suplentes)
- **Assembleias** (por classes de ações).

06 Outras informações Sem outras informações pertinentes.

2. COMPROMISSOS DA EMPRESA

2.1 Tipos e níveis de compromissos (áreas social e responsabilidade social)

- 07 Internacionais** A documentação consultada quando não é omissa, é muito vaga sobre os eventuais compromisso internacionais da empresa relacionados com estes temas.
- No relatório de 2009 (*Informe de Responsabilidad Social 2009*), o primeiro desse tipo, a empresa se limitava a informar que, como membro do grupo fundador **Pacto Global das Nações Unidas** na Argentina, estava comprometida com o cumprimento dos seus 10 princípios (que incluem a eliminação da discriminação no emprego e ocupação, especialmente a de gênero ³⁰). Contudo, em nenhum momento apresenta dados concretos, números ou valores relativos ao cumprimento desses compromissos.
- No seu mais recente relatório sobre o assunto a que tivemos acesso (*Responsabilidad Social 2011*), não é feita qualquer menção ao Pacto Global das NU. Mas a empresa declara que, a partir de 2012, seguirá as definições e diretrizes propostas para a Responsabilidade Social da norma internacional **ISO 26.000** com vistas a desenvolver sua atuação nesta área. Na “Comunicación del Progreso 2012 - Pacto Mundial de la Organización de las Naciones Unidas” é declarado, no âmbito do Princípio 1 (“Apoiar e respeitar os direitos humanos”), o acordo com o Ministério do Trabalho por “trabalho digno sem violência laboral”, o qual inclui os temas violência de gênero e assédio sexual.
- Contudo, além dessas declarações, não foi possível obter mais informações ou detalhes sobre os compromissos internacionais da empresa relacionados com estas áreas específicas.
- 08 Nacionais** Não foi possível obter informações muito detalhadas sobre os compromissos nacionais da empresa relacionados com estas áreas específicas.
- De um modo geral, contudo, há fortes indícios de que após a renacionalização, a YPF vem buscando desenvolver sua área de RSE (*Responsabilidad Social Empresaria*), praticamente limitada a ações de marketing social (papel especialmente desempenhado pela *Fundación YPF*) durante as duas décadas anteriores de controle acionário da YPF pela petroleira espanhola Repsol.
- Recorreu, inclusive, à assessoria de um conhecido especialista argentino em economia social (Bernardo Kliksberg ³¹) para apoiar um comitê de personalidades, recentemente criado (agosto 2012), destinado a impulsionar a temática da RSE da YPF (dentro da *Fundación YPF*), em conformidade com a atual política argentina de desenvolver as atividades/balanços de RSE nas empresas estatais ou sob controle do Estado.³²
- Essa temática, na ótica da empresa, parece ainda estar muito orientada para as questões ambientais e o desenvolvimento social das comunidades e regiões mais impactadas por suas atividades, onde se localiza a extração do petróleo.
- 09 Política institucional de promoção da...** Não foi possível obter informações sobre a promoção da equidade de gênero.
- 10 Outros tipos de compromissos** Não foi possível obter informações sobre outros tipos de compromissos.

³⁰ Princípio número 6 da área do Trabalho (as outras 3 áreas são: direitos humanos, meio ambiente e combate à corrupção). Todavia, na página 48, quando aborda o percentual de homens e mulheres empregados na empresa, apenas reproduz um gráfico sem qualquer número preciso, talvez para não sublinhar que a mão de obra feminina da empresa representa cerca de 1/4 do total (embora esteja bem representada nas fotos do relatório...).

³¹ Bernardo Kliksberg é um acadêmico (das áreas da economia, da administração e da sociologia), assessor internacional (UNICEF, UNESCO, OIT, etc.), autor de várias dezenas de livros e cientista social mundialmente reconhecido como um dos fundadores da disciplina “gerência social” e pioneiro do estudo/divulgação de temáticas como “ética para o desenvolvimento”, “capital social”, “responsabilidade social corporativa/empresarial – RSE”, etc. (http://es.wikipedia.org/wiki/Bernardo_Kliksberg).

³² <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-201991-2012-08-28.html>

2.2 Evidências do engajamento efetivo nos compromissos assumidos/aderidos

- 11 Previsões legais estatutárias...** Não foram encontradas este tipo de evidências, visando o engajamento efetivo da empresa com relação a compromissos sociais focados na “promoção da igualdade de gênero” ou políticas similares dirigidas às mulheres.
- 12 Inserção das temáticas de equidade de GRE na política de recursos humanos** No âmbito do acordo com o Ministério do Trabalho já citado, estão incluídos os temas violência de gênero e assédio sexual.

3. INVESTIMENTOS SOCIAIS

3.1 Investimentos sociais e de responsabilidade social – Em geral

- 13 Modalidades** **Investimentos sociais**
Não foi possível obter detalhes sobre os investimentos sociais (montantes) ou as modalidades financeiras e executivas das atividades de RSE da YPF. Sabemos, contudo, que grande parte delas foram executadas pela intermediação da *Fundación YPF* – criada na época do controle da empresa pela Repsol com objetivos de marketing social/institucional – cujas atividades privilegiam as áreas da formação/educação, das novas tecnologias, da arte e da cultura.
Financiamento de ONGs: Ver análise do **item 18**.
- 14 Características**
Nesse mesmo relatório de RSE (2011) a empresa enumera uma grande quantidade de ações e iniciativas desse tipo financiadas nesse ano (apoios sociais ou visando o “desenvolvimento” a determinados municípios, bolsas de estudo, combate à desertificação, apoio a hospitais e ações/projetos na área da educação, da ciência/tecnologia, da formação profissional, da arte e da cultura, etc.). Grande parte dos quais desenvolvidos pela intermediação da Fundação YPF.
Contudo, todas estas ações e iniciativas são descritas de forma sucinta, com poucos detalhes e com uma linguagem/abordagem demasiado publicitária. Uma informação desse tipo, com objetivos essencialmente publicitários, não permite tirar conclusões sobre a importância dos investimentos sociais em geral.
Temas gênero e raça/etnia: As questões ou temas de igualdade/equidade de gênero, como as de raça/etnia ou as relativas às políticas para as mulheres, jamais são referidos na documentação consultada (ou no portal da empresa). Para a YPF, pelo menos até à nacionalização da empresa (maio 2012), esse tipo de temas não fazem parte da sua visão/concepção da RSE.
Contudo, existem indícios de que essa visão míope da empresa pode estar mudando após a nacionalização, dependendo das novas propostas do Comitê de Personalidades recentemente criado pela empresa para desenvolver sua área de RSE (ver comentários no **item 7** acima).
Tipos e montantes dos financiamentos
Não tivemos acesso a qualquer informação sobre dados financeiros relativos aos investimentos sociais da empresa. Neste quesito, os relatórios de RSE da YPF (2009, 2010 e 2011) praticam a mais absoluta opacidade: simplesmente não possuem dados concretos, globais ou detalhados, especialmente dados financeiros. São indicados números unicamente referentes aos beneficiários de algumas iniciativas (bolsas de estudo, capacitação, etc.), mesmo assim muito pontualmente e de forma solta.

3.2 Investimentos sociais e de responsabilidade social

Temáticas: gênero, raça e políticas para as mulheres.

- 15 Linhas de ação prioritárias** Não encontramos informações precisas ou evidências da existência de linhas de ação prioritárias para as temáticas de gênero, de raça ou relacionadas com políticas para as mulheres.
- 16 Volume de recursos** Em função do que foi dito acima: não se aplica.
- 17 Nº de iniciativas e beneficiários** Em função do que foi dito acima: não se aplica.
- 18 Tipo de relações com ONGs** **Financiamento de ONGs:** No seu último relatório de RSE (*Responsabilidad Social 2011*), a empresa informa ter “colaborado” com 71 organizações da sociedade civil (entre as quais cerca de 25 fundações).
Contudo, não encontramos quaisquer informações precisas ou evidências de que essas alegadas “colaborações” tenham se focado nas temáticas de gênero, raça ou políticas para as mulheres.
Aliás, não há qualquer informação precisa sobre o tipo de iniciativas/ações que configuram essa colaboração da YPF, nem tampouco sobre os tipos de apoios (materiais, financeiros, etc.), sobre os montantes dos eventuais financiamentos/repasses financeiros da YPF a essas entidades, etc.

Ficha 04: ITAIPU Binacional

1. PERFIL DA EMPRESA

- 01 Caracterização geral da empresa** Entidade binacional criada pelo Artigo III do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai, em 1973.
- Constitui uma empresa juridicamente internacional, com a vocação e a finalidade específica de desempenho de atividade industrial, como concessionária de serviço público internacional comum a dois Estados. Cada país tem igual participação no capital social. ITAIPU, no momento, é a maior hidrelétrica do mundo.
- O Tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai previu a total isenção de tributos e taxas sobre os serviços de eletricidade prestados por ITAIPU (artigo XII do Tratado): Anexo C - contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade - a ITAIPU pagará aos dois países, em "royalties", compensação financeira em razão da utilização do potencial hidráulico.
- No Paraguai, os recursos dos royalties são repassados integralmente ao Ministerio de Hacienda que já recebeu mais de US\$ 4,1 bilhões. No Brasil, o Tesouro Nacional recebeu integralmente os royalties devidos desde o início da comercialização de energia da Itaipu. O repasse de royalties é proporcional à extensão de áreas submersas pelo lago.
- Desde 1985, a Itaipu pagou ao Brasil mais de US\$ 4,4 bilhões em royalties. No Brasil, de acordo com a Lei dos Royalties, a distribuição da compensação financeira é feita da seguinte forma: 45% aos Estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais: Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Do percentual de 45%, destinados a atender aos municípios, 85% do valor repassado é distribuído proporcionalmente aos municípios limítrofes. Ou seja, os diretamente atingidos pelo reservatório da usina. Os 15% restantes são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos por reservatórios.
- O repasse do valor a ser pago a título de royalties pela Itaipu Binacional varia conforme a geração de energia destinada à comercialização em cada mês.
- No último dia 10 de julho de 2013, a Itaipu efetuou mais um repasse de royalties ao Tesouro Nacional, no valor de US\$ 10,5 milhões. Ao Governo do Paraná e aos 15 municípios paranaenses que fazem divisa com o reservatório da Itaipu destinam-se o equivalente a US\$ 7,9 milhões.
- Submetida, primordialmente, ao regime do direito internacional, nos termos em que estabelecido no competente ato de sua criação, Itaipu somente está sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros, de ordem externa ou interna, constantes de disposições pertinentes dos atos internacionais.
- 02 Participação acionária do Estado** Brasil: 50% / Paraguai: 50%
- 03 Órgão do governo a que está vinculada** **Brasil:** Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, sociedade anônima de economia mista brasileira;
Paraguai: Administración Nacional de Electricidad - ANDE, entidade autárquica paraguaia.
- 04 Legislação e normas** O marco legal e normas da empresa são definidos pelos seguintes diplomas: Tratado de Itaipu (26.4.1973), Estatuto que constitui seu Anexo A e demais Anexos; Regimento Interno e Código de Ética.
- 05 Estrutura administrativa** **Órgãos Decisórios da administração da ITAIPU:**
- Conselho de Administração:** composto por doze conselheiros, seis brasileiros e seis paraguaios, e dois representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, um de cada país, com mandato de quatro anos, e que reúne-se ordinariamente a cada dois meses.
- Diretoria Executiva** – composto pelo Diretor-Geral Brasileiro e Diretor Geral Paraguaio, além de 10 cargos de Diretoria, todos indicados pelos governos do Brasil e do Paraguai, por meio de indicação da Eletrobrás e da Administración Nacional de Electricidad (Ande). Para cada cargo reservado a um país, há um posto equivalente destinado à outra margem. Os diretores tem mandato de cinco anos, os quais são revogáveis a qualquer tempo (arts. VIII, IX, XI e XII do Estatuto).
- Participação das mulheres nos cargos de direção:** o Conselho e a Diretoria contam com uma mulher em cada instância: Conselheira-Paraguaia e Diretoria Financeira Executiva.
- 06 Outras informações** Sem outras informações pertinentes.

2. COMPROMISSOS DA EMPRESA

2.1 Tipos e níveis de compromissos (áreas social e responsabilidade social)

- 07 Internacionais**
- Princípios de Empoderamento das Mulheres, iniciativa da ONU Mulher e do Pacto Global;
 - Indicadores de sustentabilidade do Pacto Global, GRI, GRI Setorial, Ibase, Ethos, ISE e DJSI;

- Pacto Global da Organização das Nações Unidas;
 - Convenção Internacional contra todas as formas de Discriminação da Mulher e na Plataforma de Ação.
- 08 Nacionais**
- II Plano Nacional de Políticas para Mulheres do Governo Federal.
 - Comitê Permanente para as Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia.
- 09 Política institucional de promoção da equidade de gênero**
- Programa Pró-Equidade de Gênero** - promovido, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Brasil, em parceria com o Unifem, o Pacto Global e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Com seu Programa de Incentivo à Equidade de Gênero, a empresa implementa ações na área de gestão de pessoas e na cultura organizacional, de forma a promover a inclusão equitativa de homens e mulheres nos processos de participação e decisão. Com orçamento próprio, o programa está estruturado em **três eixos**:
1. eixo corporativo, que contribuiu, entre outros aspectos, para a elevação de 10% para 21% o número de mulheres em cargos de gerência na última década;
 2. eixo de relações institucionais visa à interlocução ativa da empresa com entidades e organismos locais, nacionais e internacionais, como a ONU Mulheres e o Pacto Global;
 3. eixo sociocomunitário, com foco na contribuição ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres, do Governo Federal, atua prioritariamente no enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio de capacitação, promoção de emprego e renda.
- 10 Outros tipos...** Informação não pertinente.

2.2 Evidências do engajamento efetivo nos compromissos assumidos/aderidos

- 11 Previsões legais estatutárias ou no planejamento estratégico**
- Missão:** Gerar energia elétrica de qualidade, com **responsabilidade social** e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai.
- Visão:** Até 2020, a Itaipu Binacional se consolidará como a geradora de energia limpa e renovável com o melhor desempenho operativo e as melhores práticas de sustentabilidade do mundo, impulsionando o **desenvolvimento sustentável e a integração regional**. Não foram encontradas informações/evidências relacionadas com esta questão.
- 12 Inserção das temáticas de equidade de GRE na política de recursos humanos**
- A Itaipu recebeu por quatro vezes o Selo Pró-Equidade de Gênero (2013, 2011, 2009, 2006). Prêmio concedido em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por Itaipu para garantir a igualdade de oportunidades para trabalhadores e trabalhadoras. Não foram encontradas informações/evidências relacionadas com esta questão. Em 2012 foi lançado o site do Comitê de Equidade de Gênero na intranet da empresa.
- No fim de 2012, o quadro funcional brasileiro da Itaipu contava com 1.447 servidores, dentre os quais 81% homens e 19% mulheres. A participação relativa das mulheres em cargos de gerência era de 9,8% e a dos homens de 8,4%:

Tabela 01: Quadro funcional da empresa em 2012.

| Tipo | Homens | % | Mulheres | % | Total H + M | % |
|------------|--------|-----|----------|-----|-------------|-----|
| Servidores | 1172 | 100 | 275 | 100 | 1447 | 100 |
| Gerencia | 98 | 8,4 | 27 | 9,8 | 125 | 8,6 |

Fonte: Itaipu - Relatório de Sustentabilidade 2012.

Política salarial e evolução dos salários das mulheres

A proporção do salário-base médio (SBM) das mulheres, com relação ao dos homens, tem apresentado uma trajetória crescente na direção da equidade salarial. No entanto, apesar dos importantes avanços, a equidade salarial ainda é um desafio a ser perseguido no nível “gerencial” e “universitário”.

Com efeito, considerando os dados fornecidos pela empresa (margem brasileira), referentes aos anos 2010-2012, constata-se que a variação dessa proporção dos SBMs por gênero evoluiu positivamente nesses 3 anos, passando de 94,5% (2010) para 98,8% (2011) e, finalmente, para 99,8% (2012). Detalhes dessa evolução por categoria funcional:

Tabela 02: Proporção dos SBM Mulheres/Homens (2010-2012)

| Categoria funcional (*) | 2012 | 2011 | 2010 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Gerencial | 84,7 | 84,1 | 79,3 |
| Universitária | 87,4 | 85,5 | 83,5 |
| Não Universitária | 101,8 | 102,9 | 107,0 |
| Total | 99,8 | 98,8 | 94,5 |

Fonte: Itaipu - Relatório de Sustentabilidade 2012.

3. INVESTIMENTOS SOCIAIS

3.1 Investimentos sociais e de responsabilidade social - Em geral

- 13 Modalidades** **Política de patrocínios da ITAIPU:** Aplicação orçamentária **direta e em parcerias** com entidades **governamentais e não-governamentais**.
- 14 Características** **Modalidades de Patrocínio:** ações que sejam relevantes para a área de geração de energia e para fomentar os valores preconizados em sua missão institucional, organizadas por entidades governamentais, entidades civis sem fins lucrativos ou órgãos representativos de classes:
- **Eventos:** seminários, cursos, conferências, showrooms, workshops, feiras e atividades afins;
 - **Publicações:** livros, revistas, publicações não periódicas, cartilhas, jornais comunitários ou de associações sem fins lucrativos;
 - **Produções audiovisuais:** filmes, documentários, sites, portais, blogs e assemelhados.
 - **Crítérios de Seleção:** destacam-se as premissas em conformidade com o conceito de **sustentabilidade regional e socioambiental** e colaboração da ação para **promoção da cidadania e do desenvolvimento humano**.
 - **Eventos e patrocínios:** **US\$ 5,3 milhões**. Das 788 solicitações registradas no ano, 344 foram atendidas (43,6%).

Os proponentes devem ser **pessoas jurídicas sem fins lucrativos**, entidades governamentais ou órgãos representativos de classes, **constituídos no Brasil, segundo as leis brasileiras e com sede no território nacional** e prever em seu objeto social atividade compatível com o desenvolvimento da proposta de patrocínio. **Excepcionalmente a ITAIPU poderá patrocinar ações propostas por pessoas jurídicas ou físicas internacionais.**

Aplicação Orçamentária Direta e em Parcerias com Entidades Governamentais e Não-Governamentais

Planejamento Estratégico: Os Objetivos Estratégicos dão forte destaque a área de influência e a relação com as diversas instancias governamentais e ONGs.

Responsabilidade Social: Cuidados com as crianças; Um futuro para os jovens; Igualdade de oportunidades; Incentivos aos funcionários; Obras e projetos de sustentabilidade.

Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente (PPCA)

A empresa faz parte da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. Dentre as principais ações estão o patrocínio a campanhas de conscientização e os seguintes projetos: Opakatu, Nucria, Rede de Combate à Exploração Sexual Infante-Juvenil e Parceria com o Unicef (foram investidos US\$ 509 mil no PPCA).

Rede de combate à exploração sexual infante-juvenil: a Itaipu aderiu em 2003 à Rede de Combate à Exploração Sexual Infante-Juvenil, que promove campanhas de conscientização e capacitação de pessoas trabalhadoras dos setores de turismo, educação e saúde.

NUCRIA - Núcleo de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Crimes - Com o apoio da Itaipu, Foz do Iguaçu dispõe de uma delegacia especializada na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência, o Unicef - A empresa atuou na capacitação de agentes de saúde e líderes comunitários da Pastoral da Criança, que distribuem o Kit Família Brasileira Fortalecida. A parceria também possibilitou a realização do levantamento "Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: Desafios e Recomendações"

Fundação Parque Tecnológico Itaipu: programas de estágio e concessão de bolsas de estudo para graduação, pós-graduação e produção científica.

Projeto Paraguai Resolve: convênio com a Organização Multidisciplinar de Apoio ao Professor e ao Aluno (COMAPA).

Coleta Solidária. Desde 2003 o programa promove cursos de educação socioambiental e instrui os coletores sobre formas mais seguras e eficientes de executar sua tarefa. Também incentiva a organização de associações e cooperativas de catadores: melhora as suas condições de trabalho, doando equipamentos de coleta e processamento dos materiais recicláveis recolhidos nas ruas. **US\$ 119 mil** foi o investimento da Itaipu no programa em 2012.

Programa Rede Cidadã. Promove a alfabetização de jovens a partir de 14 anos e adultos de baixa renda de oito municípios brasileiros no entorno da Itaipu. Para isso, combate as causas da evasão escolar através de creches, material didático, consultas oftalmológicas. Desde 2004, com a cooperação entre o projeto Rede Cidadã, e o programa estadual Paraná Alfabetizado, 16 mil pessoas aprenderam a ler e a escrever. De acordo com dados do IBGE, 5,6% dos Iguazuenses ainda são analfabetos, enquanto há 10 anos esse índice era de 45%.

Grupo de Trabalho para Integração das Ações de Saúde (GT Itaipu-Saúde). A Itaipu reúne mensalmente representantes de 51 instituições governamentais, comunidade e academia. O grupo se divide em 9 eixos temáticos, entre os quais o de Saúde Materno-Infantil.

Apoio às fundações de saúde **Itaipuapy e Tesai.**

Saúde na Fronteira - construção dos hospitais, aumento do número de leitos hospitalares na região e realização de campanhas de vacinação e combate a doenças. Em Ciudad del Este receberam mais atenção as especialidades materno-infantis. As mulheres, que dispõem de uma clínica móvel que faz a detecção do câncer de útero. Nos casos em que a doença é diagnosticada, as pacientes são encaminhadas para o Hospital do Câncer.

Obras e Projetos de Sustentabilidade na área educacional e obras de infraestrutura nas comunidades paraguaias.

3.2 Investimentos sociais e de responsabilidade social

Temáticas: gênero, raça e políticas para as mulheres.

15 Linhas de ação prioritárias

Entre as diretrizes fundamentais destaca-se o Respeito ao Ser Humano: Reconhecer e respeitar a dignidade, os direitos individuais, a cidadania e os aspectos que constituem a diversidade humana no que tange a gênero, religião, cultura, raça, etnia e capacidades diferentes, dentre outros.

Programas/Ações específicas:

Casa-Abrigo: parceria da Itaipu com a ONG Casa Família Maria Porta do Céu: as mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, que recebem acompanhamento psicológico, contam com assistência jurídica e têm a oportunidade de passar por um curso profissionalizante.

Incentivo à Equidade de Gênero: O programa é desenvolvido desde 2004 pela Itaipu com o objetivo de criar uma cultura de respeito à diversidade, em especial às diferenças de gênero. Em 2011 foi aprovada a **Política e as Diretrizes de Gênero**, bem como seu Plano de Implementação pela Diretoria Executiva. Destaca-se, entre os Princípios e Valores, a incorporação da dimensão da equidade de gênero nos programas de responsabilidade social e ambiental da ITAIPU Binacional.

O programa desenvolve diversas ações, interna e externamente, abrangendo as sete diretrizes da Política de Equidade de Gênero da Itaipu Binacional:

- Ampliar o número de mulheres no quadro da Itaipu Binacional, extensivo às Fundações de que a Itaipu for mantenedora;
- Assegurar a dimensão da equidade de gênero em todas as atividades de treinamento e capacitação;
- Assegurar a equidade de gênero na ascensão funcional e gerencial, e em toda a estrutura do Plano de Cargos e Salários/Remuneração da Itaipu Binacional, extensivas às Fundações de que a Itaipu for mantenedora;
- Promover e preservar a saúde física, mental e emocional das mulheres e homens trabalhadores da Itaipu Binacional, no local de trabalho, levando em consideração as especificidades de gênero;
- Assegurar a dimensão da equidade de gênero nos benefícios de forma acessível a todos;
- Assegurar a dimensão da equidade de gênero nos programas de responsabilidade social e ambiental da Itaipu Binacional;
- Consolidar a Equidade de Gênero na cultura organizacional da Entidade.

O programa de incentivo à Equidade de Gênero da Itaipu está em consonância com as políticas desenvolvidas pela Secretaria da Mulher da Presidência da República do Paraguai e a Secretaria de Política para as Mulheres do Brasil. Ressalte-se que a política e as diretrizes da Equidade de Gênero foram aprovadas de forma binacional.

Apoio a diversas atividades relativas à temática de gênero (Centro Regional para a Mulher Ciudad del Este, capacitação sobre empoderamento das mulheres em assentamentos indígenas, etc.).

Apoio integral a camponeses e indígenas de baixa renda do Paraguai, com o intuito de melhorar a produtividade agropecuária, incentivar a diversificação da produção e garantir a alimentação destas populações. O Plano beneficiou 34 mil famílias, sendo investidos US\$ 211 mil no programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas.

Segurança alimentar para Comunidade Quilombola. Em 2012 foi firmado protocolo de intenção para promover a diversificação na produção de alimentos consumidos pelas famílias da Comunidade de São Miguel do Iguazu.

16 Volume de recursos

Não foram encontradas informações consolidadas para o conjunto dos projetos sociais relatados.

17 Nº de iniciativas e beneficiários

Não foram encontradas informações consolidadas para o conjunto dos projetos sociais relatados.

18 Tipo de relações com ONGs

Parcerias pontuais e solicitação de patrocínios. Não encontramos informações precisas/detalhadas de financiamentos/repasses financeiros diretamente a ONGs.

19 Referências

<http://www.itaipu.gov.br/>

<http://www.itaipu.gov.py/>

Ficha 05: SALTO GRANDE

1. PERFIL DA EMPRESA

- 01 Caracterização geral da empresa** A Comissão Técnica Mista de Salto Grande é uma agência binacional criada pela Argentina e o Uruguai com o objetivo de fazer as modificações necessárias para o uso de corredeiras do rio Uruguai, no Salto Grande. A Comissão foi constituída em 1946 com o objetivo de
- “Obter o máximo de benefícios a partir das condições naturais que oferecem as corredeiras do rio Uruguai, na região de Salto Grande, para o desenvolvimento econômico, industrial e social de ambos países e, com a finalidade de melhorar a navegabilidade, aproveitar as águas para a produção de energia e facilitar a ligação de suas comunicações terrestres, assim como para qualquer outro objeto que, sem prejuízo dos anteriores propósitos, concorra para o referido benefício comum” (Introdução do Convênio 30/12/1946)*
- Constitui-se como um organismo internacional.
Possui autonomia administrativa, imunidade de jurisdição e recebe tratamento fiscal especial de ambos Estados.
- 02 Participação acionária do Estado** Argentina: 50% / Uruguai: 50%.
- 03 Órgão do governo a que está vinculada** A Comissão dirige suas comunicações aos Ministérios de Relações Exteriores de ambos países.
- 04 Legislação e normas** Convenio e Protocolo Adicional entre a República Oriental do Uruguai e a República Argentina para aproveitamento do Rio Uruguai, na área de Salto Grande (30 de dezembro de 1946).
Regulamento Técnico Administrativo da Comissão Técnica Mista de Salto Grande
- 05 Estrutura administrativa** **Órgãos Decisórios da administração de Salto Grande**
Comissão Técnica Mista de Salto Grande composta pelas delegações do Uruguai e da Argentina. Cada delegação é composta por um presidente, um vice-presidente e um delegado. A delegação da Argentina preside a Comissão no primeiro semestre e a do Uruguai no segundo semestre. A Comissão conta com uma **Gerência Geral**, composta por um representante de cada país, na qual estão vinculados 12 cargos de direção.
Participação das mulheres nos cargos de direção: Segundo o portal da empresa, ³³ apenas uma mulher faz parte da Comissão (representante do Uruguai). Dos 14 cargos da Gerência Geral, um deles encontra-se vago e as mulheres ocupam apenas 3 desses cargos (23%).
- 06 Outras informações** Sem outras informações pertinentes.

2. COMPROMISSOS DA EMPRESA

2.1 Tipos e níveis de compromissos (áreas social e responsabilidade social)

- 07 Internacionais** Princípios sobre Responsabilidade Social - Norma Internacional ISO 26000: 2010.
- 08 Nacionais** Não foram encontradas informações.
- 09 Política institucional de promoção...** Não foram encontradas informações sobre a política institucional de promoção da equidade de gênero.
- 10 Outros tipos de...** Não foram encontradas informações sobre outros tipos de compromissos neste campo.

2.2 Evidências do engajamento efetivo nos compromissos assumidos/aderidos

- 11 Previsões legais estatutárias ou no planejamento estratégico** **Missão:** Produzir e fornecer energia elétrica através do aproveitamento do rio Uruguai e administração eficaz do Complexo Hidrelétrico Salto Grande, preservando o meio ambiente, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a integração de Argentina e do Uruguai.
Visão: Ser uma organização confiável, transparente e sustentável, líder no fornecimento de energia limpa, composta por uma equipe de trabalho orgulhosa de pertencer a essa organização e reconhecida pela comunidade.
Responsabilidade Social Empresarial: A RSE é citada em dois objetivos estratégicos: (i) Qualidade, ambiente, segurança e saúde e (ii) Processo de gestão da qualidade.

³³ Consulta realizada no portal www.saltogrande.org (acessado em 07/09/2013).

- 12 **Inserção das temáticas de equidade de GRE...** Não foram encontradas informações neste domínio.

3. INVESTIMENTOS SOCIAIS

3.1 Investimentos sociais e de responsabilidade social - Em geral

- 13 **Modalidades** **Cooperação e ações com fins sociais/públicos:** Segundo seu portal, “Salto Grande, através de suas delegações, destina parte do seu orçamento a ações de cooperação. Colabora em projetos educativos, culturais e turísticos, entre outros. Empreende ações diretas destinadas a cuidar do meio ambiente e do consumo responsável de energia. As iniciativas com finalidade pública, a cargo das prefeituras, municipalidades ou organizações da sociedade civil recebem, muitas vezes, o assessoramento dos profissionais de Salto Grande”
- Programas na área da educação:** A delegação da Argentina desenvolve alguns programas na área da educação:
- Povo e Governo fazendo uma escola digna:** Ação voltada para a reparação dos edifícios escolares, que beneficiou 325 escola em 2011.
- Estudemos em Equipe:** Programa que premia o bom rendimento acadêmico dos cursos finais do ensino médio. Em 2011 participaram 1.000 alunos.
- Cuidemos de nossa escola:** Participaram 110 escolas em 2011.
- 14 **Características** Não foram encontradas informações.

3.2 Investimentos sociais e de responsabilidade social

Temáticas: gênero, raça e políticas para as mulheres.

- 15 **Linhas de ação prioritárias** Não foram encontradas informações.
- 16 **Volume de recursos** Não foram encontradas informações
- 17 **Nº de iniciativas e beneficiários** Não foram encontradas informações
- 18 **Tipo de relações com ONGs** Não foram encontradas informações
- 19 **Referências** <http://www.saltogrande.org/>
<http://www.saltograndeargentina.org/>

Ficha 06: YACYRETÁ EBY

1. PERFIL DA EMPRESA

- 01 Caracterização geral da empresa** Entidade binacional criada pelo **Tratado de Yacyretá**, assinado pela Argentina e Paraguai (dezembro 1973). Cada país tem igual participação (50%) no capital social.
Constitui uma empresa juridicamente internacional, com a vocação e a finalidade específica de desempenho de atividade industrial, como concessionária de serviço público internacional comum a dois Estados.
O Tratado previu a total isenção de tributos e taxas sobre os serviços de eletricidade prestados por YACYRETÁ (art. XII).
Sedes: Buenos Aires (Argentina) e Assunção (Paraguai).
- 02 Participação acionária do Estado** Informação não disponível.
- 03 Órgão do governo a que está vinculada** **Paraguai:** Administración Nacional de Eletricidad – ANDE.
Argentina: Agua y Energía Eléctrica (atualmente: Energéticos Binacionales S.A. – EBISA).
- 04 Legislação e normas** O **Tratado de Yacyretá**, de dezembro de 1973, é composto por:
- **Anexo "A":** Estatuto da Entidade Binacional Yacyretá;
 - **Anexo "B":** Visão geral das instalações para a produção de energia elétrica e melhorar a navegabilidade e obras complementares para o uso do rio Paraná;
 - **Apêndice "C":** Base financeira e prestação de serviços Yacyretá eletricidade;
 - Outros instrumentos diplomáticos.
- 05 Estrutura administrativa** Órgãos decisórios da administração da Yacyretá:
- **Conselho de Administração** composto por 10 conselheiros, sendo 4 indicados pelo governo paraguaio e 4 pelo governo argentino, além de 2 representantes dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos países;
 - **Comitê Executivo** – composto por dois diretores, um de cada país, além de 12 cargos de alto escalão com um chefe e um subchefe representando cada um dos dois países.
- Participação das Mulheres:** o Conselho e o Comitê Executivo contam com apenas uma mulher em cada instância: uma conselheira (Argentina) e a chefe do Departamento Administrativo (Paraguai).
- 06 Outras informações** Sem outras informações pertinentes.

2. COMPROMISSOS DA EMPRESA

2.1 Tipos e níveis de compromissos (áreas social e responsabilidade social)

- 07 Internacionais** Informação não disponível.
- 08 Nacionais** Informação não disponível.
- 09 Política institucional de promoção da...** Informação não disponível.
- 10 Outros tipos...** Informação não disponível.

2.2 Evidências do engajamento efetivo nos compromissos assumidos/aderidos

- 11 Previsões legais...** Informação não disponível.
- 12 Inserção das temáticas de equidade...** Informação não disponível.

3. INVESTIMENTOS SOCIAIS

3.1 Investimentos sociais e de responsabilidade social - Em geral

- 13 Modalidades** **EBY Paraguai - Área Social (2009):** A implementação da política social está a cargo da área de Coordenação Social. Destacam-se os seguintes planos, projetos e ações:
- **Plano de Ação para o Reassentamento e Reabilitação:** Envolve 16.875 famílias, que representam um contingente de cerca de 80.000 pessoas;

- **Apoio institucional:** Os programas apontam para o fortalecimento da ação do Estado, mediante a cooperação institucional com vários órgãos do Poder Executivo, com prioridade para o desenvolvimento integral das pessoas. A EBY assinou um Convênio Marco de Cooperação com a Presidência da República do Paraguai, e atos complementares com distintos órgãos do Poder Executivo, para implementar ações sociais prioritariamente a favor dos segmentos mais vulneráveis do país, inclusive com a **Secretaria da Criança e do Adolescente** e com a **Secretaria da Mulher** (2008);
- **Projetos Comunitários e autossustentáveis:** Em articulação com os Governos Departamentais, Municipios e Organismos não governamentais, **na zona de influência do empreendimento hidrelétrico**, para apoiar ações sociais, ambientais, sócio-produtivas, de infraestrutura, fortalecimento institucional, educação, saúde, entre outros. A EBY também apoia projetos comunitários que não são de caráter econômico.
- **Bolsas de Estudo:** Projeto dirigido em conjunto com os governos locais, a EBY vai investir um total de 6.100 milhões de Guaranis em 4 cidades (Itapúa, Misiones, Ñeembucú e Caazapá), atendendo a 1.924 estudantes carentes. O regulamento do projeto encontra-se em processo de aperfeiçoamento, buscando **garantir a equidade de gênero**, assim como a inclusão de setores minoritários compostos por pessoas com capacidades deficientes e pertencentes as comunidades indígenas.

Responsabilidade Social Empresarial: A EBY iniciou em 2010 o desenvolvimento do conceito de RSE com o objetivo de constituir-se em uma empresa socialmente responsável por seu impacto na comunidade, na sociedade e no ambiente. Tem como meta a construção de um sistema de gestão seguindo os eixos temáticos de RSE definidos internacionalmente.

14 **Características** Informação não disponível.

3.2 Investimentos sociais e de responsabilidade social

Temáticas: gênero, raça e políticas para as mulheres.

- 15 **Linhas de ação prioritárias** **Assessoria de Equidade de Gênero:** Em agosto de 2011 o Comitê Executivo da Entidade Binacional Yacyretá (EBY), margem direita, determinou a criação desta assessoria com o propósito de efetuar ações para incorporar a perspectiva de gênero nos documentos normativos, planos, programas e projetos da gestão interinstitucional, além de diagnosticar as disparidades existentes entre mulheres e homens e adotar medidas de equilíbrio, conforme a Resolución N° 13424/11. Também se pretende articular com as diferentes áreas da EBY para a incorporação efetiva da temática de gênero nas ações institucionais, bem como potencializar a liderança das mulheres nas zonas de influência.
- Preende, ainda, estabelecer ações externas que apoiem a definição e implementação de políticas públicas na perspectiva de gênero nos Departamentos da área de influencia da represa. Tais ações serão coordenadas com a Secretaria da Mulher da Presidência da República, as Secretarias da Mulher dos Governos e das Municipalidades em torno dos principais planos e programas de governo.
- Plano de Reabilitação e Ação Social (PRAS):** No seu âmbito, foram realizados encontros com especialistas com o propósito de concientizar e difundir a luta contra a violência doméstica, conforme a Lei 1600/00 (EBY). Yacyretá assume o compromisso de trabalhar pela igualdade de gênero no contexto de reabilitação pessoal/social da população realocizada.
- 16 **Volume de recursos** Informação não disponível.
- 17 **Nº de iniciativas e beneficiários** Informação não disponível.
- 18 **Tipo de relações com ONGs** Apoiar ações nas áreas social, sócio-produtiva, saúde, educação e fortalecimento institucional, entre outras. Porém, não foram obtidas informações precisas ou consolidadas sobre esse tipo de apoios (valores, beneficiários, etc.).
- 19 **Referências** **Tratado de Yacyretá y Normas Complementarias;**
Yacyretá con Asesoría de Equidad de Género (17/08/2011);
Jornada de sensibilización y concienciación contra la violencia de género (24/11/2012). Disponível em:
http://www.eby.gov.py/index.php?option=com_content&view=article&id=3574%3Ajornada-de-sensibilizacion-y-concienciacion-contra-la-violencia-de-genero&catid=1%3Alatest-news&Itemid=1
Brindan charlas contra violencia doméstica a población realocizada (28/11/2012). Disponível em:
http://www.eby.gov.py/index.php?option=com_content&view=article&id=3589%3Abrindan-charlas-contra-violencia-domestica-a-poblacion-relocalizada&catid=1%3Alatest-news&Itemid=1
Observação: Os portais da empresa estão desatualizados e com insuficiência de informações. Foram consultados:
<http://www.eby.gov.py/images/stories/memoriaanual2009.pdf> (págs 18, 53, 54 e 62)
<http://www.eby.gov.py/images/stories/file/balancefinal.pdf> pg 2
<http://www.eby.org.ar/>

Ficha 07: Banco do Sul

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO

01 Caracterização geral

Constitui-se como **entidade financeira de direito público internacional**, com personalidade jurídica própria, que se regerá pelas disposições contidas em seu Convênio Constitutivo.

Trata-se de um banco autônomo de desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) com o objetivo, dentre outros, de **promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental** de seus países membros com financiamento a projetos no âmbito territorial da União

Convênio Constitutivo: os sete países que assinaram o Convênio Constitutivo do Banco do Sul (26/09/2009) são: **Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela**. Contudo, o banco permanece aberto à adesão dos demais países da Unasul.

No papel, **o Banco do Sul já é uma instituição jurídica internacional** desde dezembro de 2011, com a ratificação pelo Congresso do Uruguai. Tem hoje como sócios a **Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela**.

O banco está em processo de estruturação - primeira reunião do Conselho de Ministros ocorreu em 12/06/2013.

Situação do Brasil e Paraguai: No **Brasil**, o Projeto de Decreto legislativo 548/2012 aguarda deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados. Da mesma forma, o **Paraguai** também ainda não aprovou o acordo em seu Congresso Nacional.³⁴

Sede do banco: Caracas (Venezuela)

Subsedes do banco: Buenos Aires (Argentina) e La Paz (Bolívia).

02 Capital Social e Ações

Capital social: capital social inicial no valor de US\$ 7 bilhões, subscrito pelos sete membros signatários do Convênio, com aportes e prazos de integralização diferenciados. Subscrição de ações:

- Argentina, Brasil e Venezuela: US\$ 2 bilhões, no prazo de 5 anos (apenas US\$ 400 milhões em capital efetivo);
- Equador e Uruguai: US\$ 400 milhões no prazo de 10 anos;
- Bolívia e Paraguai: US\$ 100 milhões, também em 10 anos.

Possibilidade de ampliação do capital do Banco, no futuro, até atingir o valor de US\$ 20 bilhões (capital autorizado).

Ações: O capital social é dividido em ações de vários tipos:

- Classe A - Países membros da UNASUL;
- Classe B - Países não-membros da UNASUL;
- Classe C - Bancos Centrais, entidades financeiras públicas ou aquelas nas quais o Estado detenha participação acionária superior a 50% do capital e organismos multilaterais de crédito.

03 Legislação e normas

Regido pelas disposições do Convênio Constitutivo (26 de setembro de 2009).

04 Estrutura institucional

Sistema decisório: O Banco do Sul terá um sistema decisório com representação igualitária de seus membros nos órgãos internos.

Conselho de Ministros (CM): constitui-se dos Ministros da Economia, Fazenda, Finanças ou funcionários equivalentes dos países membros. Competências do Conselho, entre outras:

- Estabelecer as políticas gerais de médio e longo prazos do Banco;
- Decidir sobre as condições de funcionamento e de administração, além do regulamento dos fundos especiais de solidariedade e de emergência.

Esse CM adotará suas decisões pelo voto favorável de, pelo menos, **3/4 (três quartos) de seus membros**. Cada país membro terá direito a 1 (um) voto.

Conselho de Administração (CA): Será integrado por um representante de cada país membro, nomeado pelo CM por proposta de cada país membro, com mandato de 3 (três) anos, e adotará suas decisões pelo voto favorável da **maioria absoluta** dos membros presentes.

Diretoria Executiva: Integrada por representantes dos acionistas:

³⁴ Dissertação: "O Banco do Sul, seus dilemas e os divergentes projetos de integração regional para a América do Sul", Elia Elisa Mancini Cia. Orientador: André Martins Biancarelli, Instituto de Economia (IE).

- 1 (um) Diretor para cada País Membro, designado pelo Conselho de Ministros por proposta de cada um deles;
- 1 (um) Diretor designado pelo conjunto dos acionistas titulares de Ações Classe B e
- 1 (um) Diretor designado pelo conjunto dos acionistas titulares de Ações Classe C.

As resoluções deverão adotar-se por **maioria simples dos Diretores** que representem os países membros presentes. Os Diretores que representem os acionistas titulares de Ações Classe B e C terão voz, mas não terão voto.

Conselho de Auditoria.

05 Temas e beneficiários dos financiamentos

Segundo seu Convênio Constitutivo: O Banco prestará assistência creditícia unicamente aos países membros para a execução de projetos no âmbito territorial da UNASUL.

O Banco poderá - individualmente ou em conjunto com outros organismos ou entidades nacionais e internacionais - entre outros atos e funções:

- Financiar, em qualquer país membro, **órgãos estatais, entidades autônomas, empresas mistas, empresas privadas, cooperativas, empresas associativas e comunitárias** que realizem projetos dos tipos indicados a seguir. Em todos os casos, o **país membro correspondente deverá manifestar sua não-objeção** com respeito à elegibilidade dos projetos, sem que isso represente seu aval ou garantia.

Nesse sentido, o Banco poderá financiar, entre outros:

- Projetos de desenvolvimento em setores sociais tais como: saúde, educação, seguridade social, desenvolvimento comunitário, economia social, promoção da democracia participativa e protagônica, cultura, esportes, projetos destinados à luta contra a pobreza e a exclusão social e, em geral, todos aqueles tendentes à melhoria da qualidade de vida e à proteção do meio ambiente.

O Banco poderá, ainda, criar e **administrar um fundo especial de solidariedade social**, cujo propósito será o financiamento reembolsável ou não-reembolsável de **projetos sociais**.

06 Referências

Dissertação: “*O Banco do Sul, seus dilemas e os divergentes projetos de integração regional para a América do Sul*”. Elia Elisa Mancini Cia - Orientador: A. Martins Biancarelli, Instituto de Economia (IE)

Mensagem ao Congresso Nacional 45/2012 – Encaminha texto do Convênio Constitutivo do Banco do Sul, assinado em 26 de setembro de 2009 e EM Interministerial nº 219/2011 - MF/MRE, Guido Mantega, Antonio de Aguiar Patriota.

Ficha 08: BNDES

1. PERFIL DA INSTITUIÇÃO

01 Caracterização geral

Tipo de instituição: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A União é proprietária da totalidade de suas ações. Segundo seu Estatuto Social (Decreto 4418/2002):

Art. 3º O BNDES é principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do País;

Art. 4º O BNDES exercerá suas atividades, visando a estimular a iniciativa privada, sem prejuízo de apoio a empreendimentos de interesse nacional a cargo do setor público.

Supervisão: Está sujeito à supervisão do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

02 Outras Informações financeiras

Capacidade financeira: O BNDES possui ativo de R\$ 715,5 bilhões e uma carteira de crédito e repasses de R\$ 492,2 bilhões, valor líquido de provisões para risco de crédito.

Aplicação dos recursos: Conforme o §2º do art. 165 da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO anualmente deverá estabelecer a política de aplicação das Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

Desde 2007 as LDOs apresentam a diretriz de **redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais** no contexto da política de aplicação de recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento, estabelecendo inclusive a publicação de relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate às desigualdades. No entanto, tal relatório nunca foi publicado e outros mecanismos de transparência ainda estão longe do esperado pela sociedade.

03 Legislação e normas

Lei nº 4.595/64 e seu Estatuto Social Decreto 4418/2002;

Lei nº 5.662/1971, com as alterações da Lei nº 10.556/ 2002 e da Lei nº 11.786/ 2008; Lei nº 6.000/1973;

Decreto-lei nº 1.940/1982; Decreto nº 7.162/2010; Decreto nº 7.439/2011; Decreto nº 7.653/ 2011;

Regimento Interno do Banco.

04 Estrutura institucional

Conselho de Administração: órgão de orientação superior – formado por:

- I. 10 (dez) membros nomeados pelo Presidente da República, com mandato de três anos;
- II. 1 (um) representante dos empregados do BNDES, escolhidos entre os empregados ativos pelo voto direto de seus pares, também com mandato de três anos e
- III. Presidente do BNDES, que exercerá a Vice-Presidência do Conselho.

Dentre as principais atribuições do Conselho, destacam-se:

- Aconselhar o presidente do Banco sobre as linhas orientadoras gerais de sua ação;
- Examinar e aprovar as políticas gerais e programas de atuação de longo prazo;
- Aprovar o orçamento global de recursos e dispêndios e acompanhar sua execução;
- Opinar sobre a destinação dos resultados.

Diretoria: é composta por 9 (nove) membros: Presidente, o Vice-Presidente e 7 (sete) Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República.

Participação das mulheres nos cargos de direção: a ausência ou a pouca participação das mulheres na Diretoria e no CA é uma constante na história do BNDES. Em julho de 2013 nenhuma mulher ocupava cargos na Diretoria e apenas uma mulher ocupava a função de Conselheira.

05 Atuação Internacional

Atuação no exterior: Nos últimos anos o BNDES tem reforçado a sua atuação no exterior. Em 2008, criou a Área Internacional, responsável pela coordenação da implementação das atividades vinculadas à atuação internacional do Banco, em articulação com as demais áreas. Em 2009 implantou uma **representação do BNDES junto ao Mercosul**, com a abertura de um escritório em **Montevidéu**.

Financiamentos no exterior: O BNDES também ampliou as linhas de financiamento em 2009 para a execução das obras dos metrô de **Caracas** e **Santiago**, para a construção de hidroelétricas no **Equador** e na **Venezuela** e de gasodutos na **Argentina**. Por outro lado, os desembolsos do BNDES destinados ao apoio à exportação de bens e serviços brasileiros para importadores na América Latina alcançaram US\$ 1,5 bilhões no biênio 2008-2009.

Limitações à atuação internacional: Parte importante de seus recursos são originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), **obrigando que eles sejam aplicados apenas no território nacional**, conforme aponta Marco Aurélio Garcia - assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República. Marcos Antonio Cintra observa “**O banco não pode financiar uma empresa de outro país se o projeto não envolver produtos brasileiros**”.

2. COMPROMISSOS DA INSTITUIÇÃO

2.1 Tipos e níveis de compromissos (áreas social e responsabilidade social)

- 06 Internacionais** **Objetivos do Milênio - ODM** (informações dispersas em notícias):
- **Objetivo 01** (Combate à Fome e à Miséria) e **Objetivo 08** (“Todo mundo trabalhando para o desenvolvimento”) em parceria com o SEBRAE;
 - **Objetivo 7** (“Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente”): Programa de Resíduos Sólidos Urbanos e Gestão Ambiental Urbana, também financiado por linhas de crédito do BNDES, além de forte atuação na inclusão social dos catadores de materiais recicláveis;
 - O Banco é parceiro do **Prêmio ODM**.
- 07 Nacionais** Informações não disponíveis.
- 08 Política interna de promoção da equidade de gênero** **Programa Pró-Equidade de Gênero:** Em fevereiro de 2008 o Banco aderiu a este programa, o qual visa a igualdade de oportunidades para trabalhadores e trabalhadoras (Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, em parceria com o Unifem, o Pacto Global e a Organização Internacional do Trabalho - OIT).

2.2 Evidências do engajamento efetivo nos compromissos assumidos/aderidos

- 09 Previsões legais estatutárias ou no planejamento estratégico** **Missão:** Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das **desigualdades sociais** e regionais.
Valores da instituição: Destaca-se a **valorização da diversidade** e repúdio a qualquer **forma de discriminação**.
- 10 Inserção das temáticas de equidade de GRE na política de recursos humanos** **Grupo de Trabalho Gênero e Diversidade:** foi constituído em 2007.
Selo Pró-Equidade de Gênero: o Banco recebeu por três vezes esse prêmio (2013, 2011, 2009) concedido em reconhecimento ao trabalho desenvolvido para garantir a igualdade de oportunidades para trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho (SPM / Unifem / Pacto Global / OIT).

Quadro funcional do Banco e equidade de GRE: No que toca à **participação das mulheres**, segundo o Relatório Anual 2012 estas representam 36% dos empregados e ocupam 37% das funções gratificadas. No tocante à **composição racial** do seu quadro funcional, nesse mesmo ano esta era a seguinte: brancos (80,1%), outras raças (16,3%) e “não informado” (3,7%). Os detalhes dessa distribuição racial:

Tabela 01: Distribuição racial do quadro funcional da empresa (2012)

| Tipo de raça | % de Empregados |
|----------------------|-----------------|
| Indígena | 0,2% |
| Amarela | 1,1% |
| Preta | 1,9% |
| Parda | 13,1% |
| Branca | 80,1% |
| Raça “não Informada” | 3,6% |

Fonte: Área de Recursos Humano e GT de Gênero e Diversidade do BNDES.

3. INVESTIMENTOS SOCIAIS

3.1 Investimentos sociais e de responsabilidade social - Em geral

- 11 Modalidades** **Estatuto Social do BNDES**
- Art.9º, incisos V e VI, permite ao Banco efetuar **aplicações não reembolsáveis destinadas a apoiar projetos, investimentos sociais**. Pode ainda contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o **desenvolvimento econômico e social** do país ou sua **integração à América Latina**.
- Compete à Diretoria autorizar tais aplicações, ao Conselho de Administração opinar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e ao Ministro da Fazenda a sua aprovação (art. 25).
- Aplicações não reembolsáveis**
- Segundo o art. 29, o BNDES poderá destinar recursos para a constituição de fundos específicos, relativos às aplicações não reembolsáveis citadas acima, que podem ser constituídos por dotações previstas em seu orçamento, limitadas a 10% do lucro líquido do ano anterior além do limite de 1,5% do seu patrimônio líquido, e doações e transferências efetuadas

ao BNDES para as finalidades citadas.

Em 2012 o lucro líquido do BNDES foi R\$ 8,2 bilhões e seu patrimônio líquido totalizou R\$ 52,2 bilhões. Em 2013 o Banco poderá aplicar cerca de **R\$ 783 milhões em operações não reembolsáveis**.

Fundos com recursos não reembolsáveis: Fundo Social; Fundo Tecnológico; Fundo de Estruturação de Projetos; Fundo Amazônia; Apoio a projetos no Setor de Cultura e Patrocínio a Eventos e Publicações.

Fundo Social (FS) do BNDES

Natureza e Finalidade: Apoiar projetos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social.

Modalidades de Operação do FS:

1. **Seleção Pública de projetos** de acordo com edital previamente publicado. A última seleção ocorreu em 2009.
2. **Premiação:** Reconhecimento e difusão de práticas exemplares, em temas estabelecidos, pelo BNDES, mediante a outorga de prêmio em valor pecuniário, de acordo com edital publicado.
3. **Apoio Continuado:** Apoio permanente a projetos com foco na inclusão social. Destaca-se o apoio, de forma complementar, a investimentos não reembolsáveis de geração de emprego e renda, dos **governos federal, estadual, distrital ou municipal**. Ou a projetos/investimentos não reembolsáveis de **instituições de direito privado sem fins lucrativos**, desde que vinculada a uma iniciativa do Poder Público.

Cientes: Pessoas jurídicas de direito público interno e **pessoas jurídicas de direito privado**, com ou sem **fins lucrativos**. Mas, ressalte-se que o apoio continuado para as pessoas jurídicas de direito privado se dará **exclusivamente nos programas de geração de emprego e renda**.

Itens Financiáveis: Investimentos fixos; capacitação; capital de giro; despesas pré-operacionais e outros itens que sejam considerados essenciais para a consecução dos objetivos do apoio.

Nível de Participação: Na modalidade de Apoio Continuado, complementar a investimentos vinculados a iniciativas do Poder Público, a participação do BNDES será de até 50% do valor total dos recursos financeiros previstos para o projeto.

12 Outras informações: Parcerias, volume de recursos aplicados, beneficiários e projetos

Articulação institucional. É a principal orientação do **Fundo Social** a partir de 2008. Nessa direção, o BNDES firmou convênios com “**parceiros estratégicos**” que serão cofinanciadores e responsáveis pela gestão de projetos executados por terceiros.

Atributos das parcerias: A atuação em parceria com instituições sem fins lucrativos deve ter os seguintes atributos:³⁵

- aderência às Políticas Públicas e à Estratégia do BNDES;
- prospecção de bons projetos (foco na população de baixa renda);
- análise de projetos (análise da sustentabilidade);
- execução e acompanhamento de projetos (prestação de contas ao BNDES);
- avaliação dos Impactos Sociais dos Projetos;
- prestação de contas à sociedade (criação de portais na Internet para operar e divulgar os apoios concedidos).

Recurso aplicados pelo Fundo Social: A partir de 2009 ocorreu uma expressiva mudança no patamar de recursos aplicados, conforme se detalha baixo:

Tabela 02: Evolução das contratações do Fundo Social

| Ano | Valor R\$ milhoes |
|------|-------------------|
| 2006 | 9,0 |
| 2007 | 13,0 |
| 2008 | 6,3 |
| 2009 | 65,3 |
| 2010 | 146,3 |
| 2011 | 93,8 |
| 2012 | 147,0 |

Fonte: Apresentação na Semana Mundial do Comércio Justo e Solidário DESOL / BNDES (maio 2013).

³⁵ **Estratégia do BNDES para Inclusão Produtiva** (Eduardo J. Lins de Carvalho – DESOL/BNDES, 2011).

Principais investimentos (participações) do Fundo Social do BNDES:

- Estados: Investimentos em arranjos produtivos locais – em empreendimentos coletivos, com foco no desenvolvimento de atividades produtivas de populações de baixa renda (R\$ 65,5 milhões);
- Municípios: Promoção da inclusão social e produtiva de catadores de materiais reutilizáveis/recicláveis (R\$ 82,3 milhões);
- Fundação Banco do Brasil: Ação no entorno de grandes projetos do BNDES e Linha ISE (Investimento Social de Empresas / Responsabilidade Social);
- Assentamentos de Reforma Agrária.

Tabela 03: Parceiros do BNDES e principais características dos investimentos (em R\$ milhões)

| Parceiros do BNDES | Valor dos Investimentos | Participação do BNDES | Nº Famílias de BR (*) Atendidas | Nº de Projetos |
|---------------------------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------------------|----------------|
| Poder Público Federal | 88,4 | 33,3 | 28.622 | 172 |
| Poder Público Estadual | 106,8 | 50,0 | 6.345 | 268 |
| Poder Público Municipal | 50,6 | 22,1 | 1.500 | 25 |
| Acordo BNDES / FBB | 76,9 | 35,8 | 17.461 | 114 |
| Instituições e Fundações Empresariais | 455,9 | 226,1 | 27.241 | 337 |
| Outras Parcerias | 34,0 | 29,0 | 1.500 | 25 |
| TOTAL | 788,6 | 384,3 | 82.669 | 941 |

Fonte: Apresentação na Semana Mundial do Comércio Justo e Solidário DESOL / BNDES (maio 2013).

(*) Famílias de baixa renda.

3.2 Investimentos sociais e de responsabilidade social

Temáticas: gênero, raça e políticas para as mulheres.

13 Modalidades e demais informações pertinentes

O BNDES e as temáticas de GRE: O Banco apresenta uma trajetória limitada de atuação relativamente à garantia dos **direitos das mulheres** e do enfrentamento das **desigualdades de gênero e raça**. Não obstante, algumas medidas e ações podem ser destacadas:

- inclusão nos seus contratos operacionais e administrativos da “Cláusula Social”, na qual o Banco explicita sua posição de combate à qualquer tipo de discriminação, em especial, a de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;
- fortalecimento e apoio às instituições que trabalham com o microcrédito, facilitando o acesso ao crédito pelos usualmente excluídos do crédito formal (70% dos quais recebem de 01 a 05 salários-mínimos e 64% são mulheres);
- promoção e apoio a eventos na temática de gênero, raça e etnia;
- PRONAF³⁶ específico para as mulheres.

Mulheres do meio rural: O Banco e a CONAB³⁷ firmaram acordo em 2013, para fortalecer a agricultura familiar (destinado a beneficiar cerca de 20 mil famílias). A primeira operação prevê investimentos de R\$ 23 milhões para estruturação de cooperativas, associações de produtores rurais familiares e grupos informais de produtores rurais e a sua inserção no mercado de alimentos. Na primeira Chamada Pública serão priorizadas as **organizações formadas majoritariamente por mulheres, por indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais** e por **produtores agroecológicos**.

14 Tipo de relações com ONGs

Novas diretrizes do Fundo Social (a partir de 2008):

- adoção de **parcerias estratégicas** como instrumento para superar algumas dificuldades, “entre elas os elevados custos para o desenvolvimento e o acompanhamento de projetos, no caso do apoio direto a beneficiários de pequeno porte, normalmente com gestão pouco desenvolvida e espalhados pelo Brasil”, e aumentar a eficiência e a capilaridade dos investimentos;
- priorização do **alinhamento com as políticas públicas** existentes.

Parceiros estratégicos: A relação do Banco com as ONGs ocorre de forma indireta através da intermediação dos parceiros estratégicos que serão cofinanciadores e responsáveis pela gestão de projetos executados.

Plataforma BNDES: Em julho de 2007 um conjunto de organizações da sociedade civil se articularam tendo como ponto central a luta pela democratização do BNDES. Apesar de o Banco ser gestor de recursos público, não divulga os critérios

³⁶ PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

³⁷ CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

que o orientam nem detalhes públicos das operações que realiza. Essas ONGs propõem quatro **eixos de diálogo** e apresentam propostas concretas para a reorientação do Banco:

1. Transparência e necessidade de publicidade;
2. Participação e controle social;
3. Desenvolvimento de critérios e parâmetros para os desembolsos do Banco: entre eles questões de GRE;
4. Políticas setoriais.

16 Referências

IBASE. Democracia Viva nº 31. **O BNDES é nosso**. BADIN, Luciana; PINTO, João Roberto Lopes; TAUZ, Carlos abril/junho 2006.

NEVES, Roberto Oliveira das; LEAL, Rodrigo Mendes. BNDES. **Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008**.

<http://www.ibase.br/dvdm> – Boletim de Acompanhamento Social do BNDES, 11/03/2008.

Decreto nº 6.322/2007.

www.bndes.gov.br

Lei de diretrizes orçamentárias - Lei 12.708/2012.

Estratégia do BNDES para Inclusão Produtiva, Eduardo J. Lins de Carvalho (DESOL/BNDES, 2011).

Apresentação na Semana Mundial do Comércio Justo e Solidário (DESOL/BNDES, maio/ 2013).

Ficha 09: ALADI

1. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

- 01 Caracterização geral** **Origem:** A Associação Latino-Americana de Integração – ALADI foi constituída em 1980 com base no Tratado de Montevideu. Atualmente, é o maior mecanismo latino-americano de integração.
- Membros:** Possui 13 Países Membros - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, sem contar a adesão iminente da Nicarágua.³⁸
- Princípios Gerais:**
- pluralismo em matéria política e econômica;
 - convergência progressiva de ações parciais até à formação de um mercado comum latino-americano;
 - flexibilidade;
 - tratamentos diferenciado com base no desenvolvimento dos países membros e
 - multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais.
- Principais Objetivos:**
- estabelecer acordos comerciais entre os países-membros;
 - tomar ações convergentes em busca do estabelecimento de um mercado comum latino-americano;
 - criar mecanismos de cooperação tecnológica e científica;
 - facilitar a abertura dos mercados entre os países-membros buscando reduzir tarifas alfandegárias e eliminar obstáculos administrativos e técnicos;
 - promover o desenvolvimento social da região de forma equilibrada e harmônica.
- Acordos entre países membros**
- O Tratado de Montevideu prevê e faculta a celebração de (i) acordos de **alcance regional**, entre **todos os países**, e de (ii) acordos de **alcance parcial**, entre **alguns países** membros. Destaque para os Acordos de Complementação Econômica (ACEs): estes “constituem o pilar essencial das relações comerciais entre os países membros da ALADI, a exemplo do ACE-18, que regulou os laços de comércio do MERCOSUL”.³⁹
- 02 Legislação e normas** Regida pelas normas do Tratado de Montevideu (1980), marco constitutivo e regulador da ALADI.
- 03 Estrutura administrativa** Composição da ALADI:
- **Órgãos políticos:** o Conselho de Ministros de Relações Exteriores, a Conferência de Avaliação e Convergência e o Comitê de Representantes;
 - **Órgão técnico:** Secretaria Geral.
- Comitê de Representantes da ALADI:** conta com dois órgãos assessores - o Conselho Assessor Empresarial (CASE) e o Conselho Assessor Trabalhista (CAT).
- 04 Outras informações pertinentes** **Classificação dos países:** Os países membros são classificados em três categorias, de acordo com as suas características econômico-estruturais, de forma a garantir tratamentos especiais aos de menor desenvolvimento:
- Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo - PMDER: Bolívia; Equador e Paraguai;
 - Países de Desenvolvimento Intermediário - PDI: Chile; Colômbia; Peru; Uruguai; Venezuela; Cuba e Panamá;
 - Demais países: Argentina; Brasil e México.

2. AGENDA POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO

Social e relativas às temáticas de GRE (Gênero, Raça e Etnia)

- 05 Agenda Social** **Temática social:** A incorporação da temática social no âmbito da ALADI é muito recente. Em 2009 o Conselho de Ministros, através da Resolução 69(XV), aprova as diretrizes para o desenvolvimento da dimensão social no processo de integração da ALADI e encomenda a elaboração de um **Plano de Ação Prioritário (PAP)** e as medidas necessárias para sua implementação.

³⁸ Em 2011 foi aceita a adesão da Nicarágua, em providência o cumprimento das condições estabelecidas para constituir-se no 14º país membro da ALADI. Em abril de 2013 a Assembléia Nacional Nicaraguense aprovou a sua adesão à ALADI.

³⁹ <http://www.itamaraty.gov.br/temas/americado-sul-e-integracao-regional/aladi>

Diretrizes da Dimensão Social do PAP: Foram definidos 4 blocos de diretrizes para a construção da Dimensão Social no âmbito da ALADI, a partir dos quais se construiu esse Plano de Ação:

- A. Fortalecimento institucional para a dimensão social;
- B. Cooperação técnica e financeira como ferramenta de apoio à inclusão social;
- C. Integração produtiva como instrumento de inclusão social;
- D. Aprofundamento e facilitação do comércio em apoio à inclusão social.

Departamento da Dimensão Social: Criado (dezembro 2009) dentro da estrutura da Secretaria Geral (Resol. 356/CR).

Programa de Atividades 2013 da ALADI: Neste constam a avaliação dos resultados das atividades realizadas no âmbito do PAP e do processo de integração e de cooperação como ferramenta de apoio à inclusão social na temática segurança alimentar.

06 Temática de gênero e dos direitos das mulheres, raça e etnia

Até o momento, não foi identificada a inserção destas temáticas no âmbito da ALADI.

07 Outras temáticas pertinentes

Participação da sociedade civil: É limitada aos segmentos empresarial, dos trabalhadores e da academia.

3. Modalidades de financiamento às políticas sociais e e as temáticas de gênero, dos direitos das mulheres e de raça/etnia

08 Modalidades de financiamento

No Plano de Ação Prioritário está presente a implementação de um programa de gestão para obtenção de recursos financeiros e técnicos, provenientes de organismos de cooperação nacionais, regionais, multilaterais e internacionais.

09 Características

Informação não pertinente.

10 Tipo de relações com ONGs

Até o momento, não foi identificada qualquer modalidade de financiamento de ONGs no âmbito da ALADI.

11 Referências

www.aladi.org

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=404>

<http://www.cut.org.br/acontece/22743/na-associacao-latino-americana-de-integracao-cut-defende-participacao-popular-em-decisoes>

Ficha 10: CEPAL

1. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

01 Caracterização geral da organização

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais da ONU que tem como mandato o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento da região (América Latina e Caribe),⁴⁰ especialmente estimulando a cooperação entre os seus países membros e o resto do mundo. Foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.⁴¹

Desde a sua criação, a CEPAL contribui para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, apresentando alertas, ideias e **propostas de políticas públicas**, sempre apontando para os **desafios contra a desigualdade**, para a luta contra a pobreza, para o fomento à democracia, justiça e paz e para as opções de inserção na economia mundial.

A sua missão institucional foi atualizada em 1996, quando a Comissão passou a ser considerada como um “centro de excelência”, encarregado de colaborar com os Estados-membros na análise integral dos processos de desenvolvimento”. O que inclui a “formulação, seguimento e avaliação de políticas públicas e a prestação de serviços operativos nos campos da informação especializada, assessoramento, capacitação e apoio à cooperação e coordenação regional e internacional.”

Programa de Trabalho da CEPAL

É discutido e definido a cada 2 anos pelos representantes dos Estados-membros,⁴² é realizado através de 12 “divisões” e unidades temáticas de serviços, dentre as quais se destaca a “Divisão de Questões de Gênero”.⁴³

Cooperação internacional: Segundo as informações oficiais da Comissão, no exercício de suas atividades ela coopera com os governos dos países-membros da ONU e com todos os organismos especializados das Nações Unidas.⁴⁴ Além disso, se articula e colabora com organizações regionais,⁴⁵ com instituições acadêmicas/universitárias, com **ONGs** (da região e outras) e mantém um “diálogo frequente com organizações sindicais e empresariais.”

02 Atuação da organização na AL

CEPAL na América Latina: Além de sua sede regional em Santiago (Chile), a CEPAL tem duas sedes sub-regionais: uma para a **América Central** (México, DF) e a outra para o **Caribe** (Porto Espanha, Trinidad e Tobago). Possui, ainda, cinco **escritórios nacionais:** Brasília, Bogotá, Buenos Aires, Montevideu e Washington. Desde julho de 2008, conta com uma mulher à frente da Secretaria Executiva.

2. AGENDA POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO e as temáticas de GRE (Gênero, Raça e Etnia)

03 Temáticas de gênero e dos direitos das mulheres, raça e etnia

Estrutura interna e *modus operandi*

A CEPAL possui, entre suas 12 Divisões, uma especializado em questões de gênero (**División de Asuntos de Género**),⁴⁶ a qual opera como uma secretaria de apoio aos governos da região, em especial por meio da **Conferência Regional Sobre a Mulher da América Latina e do Caribe** – considerada “órgão subsidiário” da CEPAL.

Contudo, esta divisão limita-se a organizar reuniões/encontros, a desenvolver pesquisas e estudos/documentos e a assegurar publicações periódicas (*Mulher e Desenvolvimento*, por exemplo) sobre a temática de gênero. Além disso, faz

⁴⁰ A CEPAL possui **44 Estados membros** (todos os países da América Latina e Caribe mais alguns da América do Norte e Europa, com fortes vínculos históricos, econômicos e culturais com a região) e **8 associados** (status de “países-membros associados” que ainda não se constituíram em nações independentes).

⁴¹ ECOSOC, instituído em 1945.

⁴² Em reuniões do denominado **Período de Sessões da CEPAL**, que ocorrem em um Estado-membro distinto (anfitrião) de cada vez.

⁴³ Ou seja, além da “Divisão de Questões de Gênero” as demais são: Divisão de Desenvolvimento Econômico; **Divisão de Desenvolvimento Social** (esta Divisão também trabalha com o tema de **gênero**, entre outros.); Estatísticas; Divisão de População (CELADE); Divisão de Comércio Internacional e Integração; Divisão de Planejamento Econômico e Social (ILPES); Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial; Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos; Divisão de Recursos Naturais e Infraestrutura; Planejamento de Programas e Operações e, por fim, Financiamento para o Desenvolvimento.

⁴⁴ Organismos como a **FAO**, a **OPAS/OMS**, a **OIT**, a **OMI**, a **UNESCO**, a **ONUDI**, a **UNCTAD**, o **UNICEF**, o **PNUD**, o **FNUAP**, o **PNUMA**, o **CNUAH** (Habitat) o **INSTRAW**, o **FMI** e o **Banco Mundial**.

⁴⁵ Tais como o **BID**, a **OEA**, a **FLACSO** (*Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais*), o **SELA** (*Sistema Econômico Latino-Americano*, organismo regional intergovernamental criado em 17.10.1975 – Convênio Constitutivo de Panamá –, sediado em Caracas e integrado por 27 países da América Latina e do Caribe) e a **OLADE** (*Organização Latino-Americana de Desenvolvimento de Energia*, criada em 1973).

⁴⁶ **División de Asuntos de Género** - Casilla 179 D, Santiago Chile / Tel: (56-2) 210 2565 - Fax: (56-2) 228 5184.

serviços de assessoria aos governos da região no âmbito da sua área temática (planejamento de políticas públicas, por exemplo). Visa, dessa forma, promover a integração da **equidade de gênero nas políticas públicas** e nas estratégias de Desenvolvimento Sustentável dos países da região (objeto do Subprograma 6 da CEPAL para o biênio 2012-2013).⁴⁷

Eventualmente, coopera com os governos e “outras organizações” solicitantes sobre essa temática. Inclusive, apoiando “**parcerias entre a sociedade civil, movimentos de mulheres e Governos**” para o cumprimento do *Plano de Ação Mundial (Plataforma de Beijing, set. 1995)* e do *Programa de Ação Regional*.⁴⁸

Modalidades de financiamento

Não foram identificadas modalidades de financiamento destinado a projetos fora da estrutura da CEPAL, especialmente financiamentos **acessíveis a organizações da sociedade civil**.

- 04 **Temáticas de Raça e Etnia** Não foram encontradas referências/evidências de trabalho significativo da CEPAL com temáticas deste tipo.
- 05 **Temáticas correlatas ou pertinentes** Não foram encontradas referências/evidências de trabalho significativo da CEPAL com temáticas deste tipo.

3. FINANCIAMENTOS/FUNDOS REGIONAIS DA ORGANIZAÇÃO e as temáticas de GRE (Gênero, Raça e Etnia)

- 06 **Fundos regionais identificados** Não foi possível **identificar qualquer fundo regional** ligado, direta ou indiretamente, à CEPAL. Especialmente fundos atuando com financiamentos destinados a ONGs e/ou no âmbito das temáticas de gênero, direitos das mulheres e raça/etnia.
- 07 **Perfil de administração dos fundos identificados** Informação não pertinente.

⁴⁷ Documento do **Subprograma 6 (Gênero)**: http://www.eclac.cl/mujer/noticias/paginas/4/25644/Programa_2012-2013.pdf

⁴⁸ **Programa de Acción Regional para las Mujeres de América Latina y el Caribe**, aprovado na **6ª Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe** (Mar del Plata, setembro 1994).

Ficha 11: MERCOSUL

1. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

01 Caracterização geral **Tratado de Assunção (26/05/91):** constituição de um mercado comum entre os Estados Partes - MERCOSUL. O MERCOSUL tem personalidade jurídica de Direito Internacional.

Estados Partes: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Estados Associados do MERCOSUL: Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname.

02 Legislação e normas Tratado de Assunção (26/05/91);
Protocolo de Ouro Preto – Estrutura Institucional do MERCOSUL;
Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

03 Estrutura administrativa

Estrutura institucional do MERCOSUL

- I. Conselho do Mercado Comum (CMC);
- II. Grupo Mercado Comum (GMC);
- III. Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV. Parlamento do MERCOSUL;
- V. Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI. Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM);
- VII. Tribunal Permanente de Revisión del MERCOSUR (TPR);
- VIII. Tribunal Administrativo-Laboral del MERCOSUR (TAL);
- IX. Centro MERCOSUR de Promoción de Estado de Derecho (CMPED).

Órgãos superiores:

- **Conselho do Mercado Comum (CMC):** condução política e tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum. É integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes. Pelo menos uma vez ao ano se reunirá com a participação dos Presidentes dos Estados Partes. Manifesta-se por Decisões. Nesse âmbito, destaca-se o **Alto Representante-Geral do MERCOSUL**, que tem entre as suas atribuições a apresentação, ao CMC e ao GMC, de propostas vinculadas ao processo de integração, inclusive às temáticas de gênero, combate à pobreza e à desigualdade, além de coordenar a Unidade de Apoio à Participação Social.
- **Grupo Mercado Comum (GMC):** órgão executivo do Mercado Comum, coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores e integrado por quatro membros titulares e quatro membros suplentes por país, que representam os Ministério das Relações Exteriores e da Economia, ou seus equivalentes, e o Banco Central. Manifesta-se por Resoluções.

Parlamento do MERCOSUL

Órgão que representa os povos do bloco e que deverá congrega representantes eleitos pelo voto direto. Entre os princípios do Parlamento destacam-se o respeito aos direitos humanos em todas as suas expressões e o repúdio a todas as formas de discriminação, especialmente às relativas a gênero, cor, etnia, religião, nacionalidade, idade e condição socioeconômica. A partir de 2014, será adotada a representação proporcional à população de cada país eleita pelo voto direto.

Competências do Parlamento: emitir pareceres sobre projetos de normas, apresentar anteprojetos que visem a harmonização das legislações nacionais, promover audiências públicas, receber petições de particulares e elaborar relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no bloco.

Foro Consultivo Econômico-Social

Órgão de representação dos setores econômicos e sociais (empresários, trabalhadores e consumidores) que será integrado por 09 de representantes titulares e suplentes de cada Estado Parte. Tem função consultiva e manifesta-se mediante Recomendações ao GMC. Tem como competência acompanhar, analisar e avaliar o impacto econômico e social derivado das políticas destinadas ao processo de integração e as diversas fases de sua implementação, seja a nível setorial, nacional ou regional. Pode propor normas e políticas econômicas e sociais em matéria de integração e, ainda, contribuir para uma maior participação da sociedade no processo de integração regional, promovendo a integração do Mercosul e difundindo sua dimensão econômica e social. A Presidência *Pro tempore* é exercida sucessivamente por cada um dos Estados Membros, em ordem alfabética, por períodos anuais.

04 Outras informações pertinentes Sem outras informações.

2. AGENDA POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO

Agenda social e relativa às temáticas de GRE (Gênero, Raça e Etnia)

05 Agenda Social

A dimensão social do bloco foi fortalecida pela criação do Instituto Social do MERCOSUL, Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) e pela aprovação do **Plano Estratégico de Ação Social (PEAS)**.

PEAS - Aprovado pela Decisão CMC Nº 12/11, indica as prioridades em matéria de políticas públicas da região definidas pelo conjunto de ministérios e organismos públicos do MERCOSUL, em dez eixos e vinte e seis diretrizes estratégicas. O Plano visa erradicar a fome, a miséria e o analfabetismo no Mercosul, bem como universalizar os serviços públicos de saúde no bloco, contemplando também temas de direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, **gênero**, meio ambiente, diversidade cultural, trabalho e emprego, entre outros.

Instituto Social do MERCOSUL - Criado através da Decisão Nº 03/07 do CMC, como resultado da iniciativa da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL (RMDAS). A partir de 2011, passou a contar com equipe técnica e um conselho político integrado por representantes dos Estados Partes. Tem como Missão "Consolidar a Dimensão Social do MERCOSUL como um eixo fundamental no processo de construção da Região por meio da pesquisa, do intercâmbio, da articulação e da difusão de políticas sociais regionais, contribuindo com a redução das assimetrias e com a promoção do desenvolvimento humano integral." O Instituto tem papel central na implementação do PEAS.

Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) – Criado através da Decisão nº 14/2009 do CMC no âmbito da Reunião de Altas Autoridades na Área de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL (RAADH). Visa contribuir para o fortalecimento do Estado de Direito nos Estados Partes, mediante o desenho e o seguimento de políticas públicas em Direitos Humanos, e contribuir com a consolidação dos Direitos Humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do MERCOSUL. O IPPDH será integrado por um representante governamental de cada um dos Estados Partes,

06 Temáticas de gênero e dos direitos das mulheres, raça e etnia

Temática de gênero: Segundo Susana Orsino (2010), a incorporação da temática de gênero no âmbito do MERCOSUL foi uma conquista da sociedade civil dos países membros a partir da fundação do Foro de Mulheres do MERCOSUL (novembro de 1995).

El mercosur incorporó la temática de las mujeres y la cuestión de género por la presión de la sociedad civil, que a través de diversas estrategias logró acceder a la agenda política de los países miembros. Si bien el resultado no colmó las aspiraciones iniciales de los movimientos de mujeres, se logró un primer espacio, la Reunión Especializada, como instancia para penetrar desde dentro de las estructuras con las recomendaciones, que serían su expresión normativa.

Reunião Especializada de Mulheres (REM) do Mercosul: Foi formalizada através da Resolução nº20/98 do GMC, ao qual se subordinava inicialmente. Em 2002 foi transferida para o âmbito do **Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP)**. Segundo Susana Orsino:

En el esquema institucional del mercosur, la rem está integrada por las representantes de los gobiernos y los mecanismos de género de cada país, y cuenta con la participación del Foro de Mujeres del mercosur como órgano asesor, con posibilidades de presentar propuestas a las ministras o funcionarias gubernamentales, que no serán vinculantes y podrán en comendar a la rem el estudio, la investigación o el esclarecimiento de los temas que consideren pertinentes.

O caráter de assessoria do Fórum de Mulheres do MERCOSUL é alterado a partir de 2005 e o espaço de participação é aberto para todas as redes da sociedade civil de mulheres. Para Lilian Celiberti (2007),

Este es un aspecto central del desarrollo de la cuestión de género en el MERCOSUR ya que no existe efectivamente hasta el 2005 una articulación institucional de las oficinas o mecanismos de la Mujer que permita desarrollar actividades mas allá del posicionamiento político y actuación conjunta a nivel internacional. Celiberti.

A **REM** manifestava-se através de recomendações que somente eram encaminhadas ao GMC se aprovadas pelo FCCP, onde poderiam ser elevadas à categoria de resolução ou decisão, que devem ser obrigatoriamente incorporadas aos ordenamentos jurídicos. Segundo Orsino, as recomendações da REM tiveram discreto e escasso efeito enquanto incidência nas normas do MERCOSUL. Outra fragilidade da REM foi a ausência de secretaria administrativa, o que limitava a continuidade e articulação com os mecanismos de mulheres em cada país e o monitoramento dos acordos firmados.

Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM):⁴⁹ Foi criada através da Decisão nº 24/11 do CMC em substituição à REM. É a instância de diálogo entre as máximas autoridades de gênero dentro da estrutura institucional do MERCOSUL, sendo integrada por representantes governamentais para as questões de gênero dos Estados Partes do MERCOSUL e organismos dos Estados Associados. Tem como principais funções assessorar e propor ao CMC medidas, políticas e ações em matéria de gênero. Manifesta-se através de Declarações, assim como de projetos de Recomendação e Decisão, que são encaminhados ao Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), os quais, se aprovados,

são formalizados pelo CMC por intermédio do GMC. Desde a criação da REM, e atualmente com a RMAAM, conseguiu-se aprovar Decisões e Recomendações na agenda do MERCOSUL para a incorporação da perspectiva de gênero nas áreas: Trabalho e Emprego, Violência, Educação e Participação Política das mulheres. A RMAAM se reúne semestralmente no exercício da Presidência *Pro tempore* do MERCOSUL. A primeira reunião foi realizada em maio de 2012.

Outros espaços: Considerando o caráter transversal da temática de gênero, outros espaços setoriais também devem ser considerados, tais como o Alto Representante Geral, a Comissão de Coordenação dos Ministros de Assuntos Sociais, a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL e Estados Associados (MERCOSUL Social), a Reunião de Altas Autoridades Competentes em Direitos Humanos, a Reunião Especializada de Agricultura Familiar, a Reunião Especializada de Cooperativas, a Reunião de Ministros de Saúde do MERCOSUL e Estados Associados e o Mercosul Educativo.

Destaque-se que os **Comunicados dos Presidentes dos Estados Partes** do MERCOSUL (2011, 2012 e 2013) reafirmam o compromisso com a proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Diretrizes do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) do MERCOSUL - Destaques na perspectiva de gênero e dos direitos das mulheres:

EIXO I Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais.

Diretriz 1 - Garantir a segurança alimentar e nutricional.

Objetivos Prioritários: Promover o aleitamento materno e combater a desnutrição infantil.

Diretriz 2 - Promover políticas distributivas observando a perspectiva de gênero, idade, raça e etnia.

Objetivos prioritários: Garantir a responsabilidade equitativa dos integrantes do lar, envolvendo os homens nas tarefas de cuidado familiar estabelecida nos programas de transferência de renda.

EIXO II Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero.

Diretriz 3 - Assegurar os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais sem discriminação por motivo de gênero, idade, raça, etnia, orientação sexual, religião, opinião, origem nacional ou social, condição econômica, pessoas com deficiência ou qualquer outra condição.

Objetivos prioritários:

- Combater o tráfico, a violência e a exploração sexual, especialmente de crianças e adolescentes;
- Combater todas as formas de violência, especialmente contra as mulheres, crianças, adolescentes e idosos;
- Implementar o Plano Regional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, aprovado pelo GMC (Resolução nº 36/06), assegurando os recursos financeiros necessários;
- Combater todas as formas de discriminação, violência e preconceito contra os grupos LGBT, a fim de promover a plena realização dos seus direitos nos países do bloco;
- Coordenar a incorporação, nas políticas sociais, de ações de prevenção, de proteção e atenção que contribuam para a erradicação de todas as formas de violência, nos espaços públicos e privados, especialmente contra as mulheres e as meninas.

Diretriz 6 - Ampliar a participação das mulheres nos cargos de liderança e decisão no âmbito das entidades representativas.

EIXO III Universalizar a Saúde Pública.

Diretriz 7 - Assegurar o acesso a serviços públicos de saúde integrais, de qualidade e humanizados, como um direito básico.

Objetivos prioritários:

- Promover e harmonizar políticas específicas para saúde indígena;
- Aprofundar políticas de saúde pública para as mulheres e de atenção à primeira infância;
- Promover a revisão dos instrumentos normativos que garantam o acesso livre e responsável de homens e mulheres aos serviços apropriados, aconselhamento científico e educação sobre saúde sexual e reprodutiva.

Diretriz 9 - Reduzir a morbidade e mortalidade feminina nos Estados Partes, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie.

Objetivo prioritário: Promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas e com deficiência, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a morbidade materna.

EIXO IV Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo.

Diretriz 10 - Acordar e executar políticas educativas coordenadas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Objetivos prioritários: Articular ações com outros setores dentro do âmbito de competência, para promover o direito à educação sexual e reprodutiva nas escolas de acordo com as normas vigentes em cada país e acordos internacionais vigentes.

Diretriz 11 - Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social e de desenvolvimento humano e produtivo.

Objetivos prioritários: Articular programas sociais para erradicar o analfabetismo feminino, em especial entre afrodescendentes, indígenas e mulheres portadoras de deficiência e mulheres acima de 50 anos.

EIXO VI Garantir a inclusão produtiva.

Diretriz 17 - Promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, de cooperativas, de agricultura familiar e economia solidária, a integração de redes produtivas, incentivando a complementaridade produtiva no contexto da economia regional.

Objetivos prioritários:

- Promover o consumo de produtos e serviços da economia solidária;
- Promover os direitos das mulheres no acesso à terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento rural sustentável;
- Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, por meio de assistência técnica, da promoção do empreendedorismo, do associativo e do cooperativismo e pela integração das redes de mulheres aos processos econômicos, produtivos e de mercados locais e regionais.

Diretriz 18 - Incorporar a perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas laborais.

Objetivos prioritários:

- Garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres tendo em conta o princípio de salários iguais para funções iguais;
- Garantir às trabalhadoras domésticas o exercício de todos os direitos trabalhistas concedidos às trabalhadoras em geral, especialmente nas regiões de fronteira;
- Tomar medidas para avançar na valorização social e o reconhecimento do valor econômico do trabalho remunerado realizado pelas mulheres no âmbito doméstico e do cuidado familiar, e contribuir para a superação da atual divisão de gênero do trabalho.

07 Outras temáticas pertinentes

Cúpula Social

Foi criada em 2006 como um espaço de diálogo entre governos, parlamentos e a sociedade civil, com reuniões semestrais, para tratar, inclusive, de temas relativos a economia solidária, direitos humanos, gênero e juventude. A Declaração da XIV Cúpula Social rechaça todas as maneiras de discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual, ou qualquer outra distinção que menospreze os direitos das pessoas e limite o exercício da sua cidadania.

Outras diretrizes do PEAS

Destacam-se as seguintes diretrizes com foco no diálogo social e na cooperação regional:

EIXO IX - Assegurar o Diálogo Social.

Diretriz 24 - Promover o diálogo entre as organizações sociais e órgãos responsáveis pela formulação e gestão de políticas sociais.

Objetivos prioritários:

- Promover o diálogo com a sociedade sobre a implementação do PEAS, entre outros, com a Unidade de Participação Social (UPS);
- Garantir e fortalecer outros espaços institucionais de discussão e implementação de políticas públicas.

EIXO X Estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação/financiamento de políticas sociais

Diretriz 25 - Garantir que os projetos prioritários disponham de mecanismos regionais e nacionais de financiamento adequado.

Objetivos prioritários

- Criar e fortalecer fundos específicos para políticas e projetos sociais regionais;
- Promover mecanismos regionais inovadores de financiamento do desenvolvimento regional;
- Coordenar os orçamentos e aportes nacionais para o financiamento conjunto de políticas e projetos sociais regionais.

Diretriz 26 - Fortalecer o Instituto Social do Mercosul (ISM) como órgão de apoio técnico à execução do PEAS.

3. Modalidades de financiamento às políticas sociais e e as temáticas de gênero, dos direitos das mulheres e de raça/etnia

- 08 Modalidades de financiamento** Até o momento, não foi identificado qualquer modalidade de financiamento de ONGs. O MERCOSUL conta com o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) destinado a financiar, **a título de doações**, programas para promover, inclusive, o desenvolvimento social. Mas, uma das condições de elegibilidade de um projeto aos recursos do FOCEM é ser **proposto e executado pelo setor público** de um ou mais países membros.
- 09 Características** Informação não pertinente
- 10 Tipo de relações com ONGs** As redes e organizações dos movimentos feministas e de mulheres com representação regional podem se credenciar para participar, como observadoras permanentes, das Reuniões da RMAAM. Essas observadoras podem enviar, previamente, sugestões e contribuições para a agenda proposta pela Presidência *Pro Tempore* e fazer uso da palavra uma vez esgotada a lista de oradoras governamentais, tanto de Estados Partes, como de Associados.
- 11 Referências** Celiberti, Lilián. 2007. *La agenda de género en el MERCOSUR*, Secretaria Técnica de la REM. Disponível em:
<http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/historia.pdf>
- Orsino, Susana. 2010. *O processo de institucionalização dos diversos mecanismos regionais para a igualdade de gênero: Reunião Especializada da Mulher do Mercosul – REM*. Disponível em:
<http://www.mercosurmujeres.org/userfiles/file/files/Orsino.pdf>
<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/rem-2013-reuniao-especializada-da-mulher-do-mercosul/>
<http://www.mercosurmujeres.org/es/quienes-i1>
<http://www.mercosur.int/>
www.mercosul.gov.br
<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>

Ficha 12: UNASUL

1. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

01 Caracterização geral

Criada pelo Tratado Constitutivo da **União de Nações Sul-Americanas** (Brasília, 23 de maio de 2008).

Estados Membros (12): Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Organização dotada de personalidade jurídica internacional.

“A UNASUL tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados” (BRASIL, MRE, nd)

Objetivos: Conforme o art. 3º do Tratado, entre seus objetivos específicos, destacam-se:

- fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a **integração sul-americana** e a participação da UNASUL no cenário internacional;
- **desenvolvimento social e humano** com **eqüidade e inclusão** para **erradicar a pobreza e superar as desigualdades** na região;
- **participação cidadã**, por meio de mecanismos de interação e diálogo entre a UNASUL e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sul-americana;
- coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra, entre outras frentes, o **tráfico de pessoas**.

02 Legislação e normas

Normas do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado em Brasília (2008).

Regulamento Geral da UNASUL

03 Estrutura administrativa

Presidência: A presidência *Pro tempore* é exercida sucessivamente por cada um dos Estados Membros, em ordem alfabética e por períodos anuais.

Órgãos da UNASUL e principais atribuições:

Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo: estabelecer as diretrizes políticas, os planos de ação, os programas e os projetos do processo de integração sul-americana e decidir as prioridades para sua implementação.

Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores:

- propor projetos de Decisões e preparar as reuniões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
- coordenar posicionamentos em temas centrais da integração sul-americana;
- realizar o monitoramento e a avaliação do processo de integração em seu conjunto;
- aprovar o Programa anual de atividades e o orçamento anual de funcionamento da UNASUL;
- aprovar o financiamento das iniciativas comuns da UNASUL.

Conselho de Delegadas e Delegados - formado por uma ou um representante de cada Estado Membro, reúne-se com periodicidade bimestral e tem como atribuições:

- implementar, as **Decisões** do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e as **Resoluções** do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, com o apoio da Presidência *Pro Tempore* e da Secretaria Geral;
- elaborar projetos de Decisões, Resoluções e Regulamentos para a consideração do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;
- compatibilizar e coordenar as iniciativas da UNASUL com outros processos de integração regional e sub-regional vigentes, com a finalidade de promover a complementaridade de esforços;
- dar seguimento ao diálogo político e à concertação sobre temas de interesse regional e internacional;
- promover os espaços de diálogo que favoreçam a participação cidadã no processo de integração sul-americana;
- propor ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores o projeto de orçamento ordinário anual de funcionamento para sua consideração e aprovação.

Secretaria-Geral da UNASUL.

Conselhos Setoriais: 12 Conselhos. Destaque para os Conselhos de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação.

Parlamento Sul-americano: Sua formação está prevista no Tratado Constitutivo da UNASUL.

Instituto Sul-americano de Governança em Saúde (ISAGS)

Fontes jurídicas: As fontes jurídicas da UNASUL são as seguintes:

1. Tratado Constitutivo da UNASUL e os demais instrumentos adicionais;
2. Acordos que celebrem os Estados Membros com base nos instrumentos mencionados no parágrafo precedente;
3. Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
4. Resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores.

04 Outras informações pertinentes **Sede:** Quito, Equador.

2. AGENDA POLÍTICA DA ORGANIZAÇÃO

Social e relativas às temáticas de GRE (Gênero, Raça e Etnia)

05 Agenda Social

Eixos prioritários da área social: Em 2012 os Chefes de Estado aprovaram duas resoluções que definem os eixos prioritários da União na área social:

- Resolução nº28/2012, que aprova a “**Agenda de Ações Sociais Prioritárias**”, e a
- Resolução nº nº34/2012, que aprova o **Plano de Ação 2012-2014 do Conselho Sul-americano de Desenvolvimento Social** e define seus eixos prioritários.

Agenda de Ações Sociais Prioritárias:

Ação 1: Erradicação da desnutrição infantil;

Ação 2: Promover a consolidação de sistemas de proteção e promoção social. A ação destaca a orientação para a proteção e desenvolvimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas idosas e pessoas com deficiência, entre outras;

Ação 3: Alcançar uma maior inclusão econômica, social e produtiva considerando, entre outros, o acesso a serviços públicos e a geração de oportunidades econômicas e produtivas;

Ação 4: Promover iniciativas que facilitem e o acesso suficiente e oportuno a alimentos de boa qualidade e o acesso a serviços que permitam garantir o desenvolvimento integral;

Ação 5: Promover a participação dos cidadãos, em condições igualdade e em pleno exercício de seus direitos, desde o desenho das políticas sociais de inclusão até à sua implementação. Devem-se promover mecanismos que fomentem o diálogo e o monitoramento para a prestação de contas, transparência, acesso à informação e consulta para a definição das prioridades desde os âmbitos locais até o nível nacional.

Cooperação e políticas sociais: O **Plano de Ação 2012-2014** do Conselho Sul-americano de Desenvolvimento Social contempla as ações prioritária além de incluir o eixo “ Cooperação regional para a implementação e financiamento das políticas sociais.”⁵⁰

06 Temáticas de gênero e dos direitos das mulheres, raça e etnia

Compromisso com as questões de gênero: Na Declaração da VI Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL, os dirigentes dos Estados Membros:

“Reafirmam seu compromisso com a igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e para a prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres. Nesse sentido, comprometem-se a continuar a promover o respeito aos seus direitos humanos e sua integração plena na vida política, social, cultural e econômica na América do Sul, como uma condição necessária para a superação das desigualdades e da pobreza. Neste contexto, destaca-se o acordo assinado entre a Secretaria-Geral da Unasul e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres - para receber assessoria técnica sobre o assunto e incentivar a transversalidade de gênero.”

Política Interna: Na seleção de seus funcionários, será garantida uma representação equitativa entre os Estados Membros, levando-se em conta, na medida do possível, critérios de gênero, de idiomas, étnicos e outros.

07 Outras temáticas pertinentes

Participação Social: Foro de Participação Cidadã

Em 2012 foi criado o **Foro de Participação Cidadã** da União (UNASUL/CJEG/DECISÃO Nº7/30/11/2012) e dadas instru-

⁵⁰ Infelizmente, não estão disponíveis informações detalhadas sobre a Agenda e o Plano de Ação 2012-2014. Inclusive, sobre os orçamentos e sua execução.

ções ao Conselho de Delegadas e Delegados para que apresentem as diretrizes para seu funcionamento no primeiro trimestre de 2013. O Foro se reunirá pelo menos uma vez ao ano, de maneira presencial, para formular recomendações a serem apresentadas nas Reuniões Ordinárias do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. Recomendou-se que o Foro realize sua 1ª Reunião presencial preferencialmente em 2013, uma vez aprovadas suas diretrizes.

A Secretaria-Geral da UNASUL ficou, ainda, encarregada de:

- formular orientações comuns para cada Conselho estabelecer um portal eletrônico, vinculado ao recém-criado **Centro de Informação e Comunicações da Unasul**, para dar informações sobre suas atividades (calendário de reuniões, agendas, planos ação, eventos de divulgação), bem como receber pedidos de informação, sugestões e iniciativas que podem incluir o uso de Novas Tecnologias de Informação e redes sociais;
- Instruir os Conselhos Ministeriais Setoriais e outros órgãos da UNASUL para incorporar, em seus planos de ação, a realização de eventos de divulgação e diálogo com os cidadãos e as suas organizações, juntamente com o respectivo orçamento.

3. Modalidades de financiamento às políticas sociais e as temáticas de gênero, dos direitos das mulheres e de raça/etnia

08 Modalidades de financiamento

Financiamentos: Até o momento não existem fundos vinculados às temáticas elencadas ou outras modalidades de financiamento com recursos não reembolsáveis. No entanto, segundo o art. 13 do Tratado, um ou mais Estados Membros poderão submeter à consideração do Conselho de Delegadas e Delegados propostas de adoção de políticas e de criação de instituições, organizações ou programas comuns para serem adotados por consenso, com base em critérios flexíveis e graduais de implementação segundo os objetivos da UNASUL.

As propostas devem ser apresentadas ao Conselho de Delegadas e Delegados e, uma vez aprovadas por consenso, serão remetidas ao Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e, subsequentemente, ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, para aprovação por consenso.⁵¹

Fundos Voluntários: O art. 52 do Regulamento da UNASUL, que trata do Orçamento, prevê que a UNASUL poderá estabelecer, por meio da Secretaria-Geral, fundos de aportes voluntários dos Estados Membros que se constituirão com recursos extra orçamentários como doações e contribuições não reembolsáveis.

Os recursos de tais **Fundos Voluntários** serão destinados, entre outros, ao financiamento de atividades e projetos relacionados com a implementação do programa anual de atividades, incluindo iniciativas comuns no apoio da UNASUL a terceiros países. O Conselho de Ministras e Ministras das Relações Exteriores também poderá autorizar a utilização de recursos extra orçamentários para o financiamento de projetos específicos propostos por algum Estado Membro.

09 Características

Informação não pertinente.

10 Tipo de relações com ONGs

Informação não disponível.

11 Referências

<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/brasil-no-exterior/brasil-e-america-do-sul-1/unasul>

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>

<http://www.unasursq.org/>

⁵¹ No entanto, sua aprovação não é garantia de participação de todos os Estados Membros. Alguns podem se eximir de aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política. No caso das instituições, organizações ou programas que sejam criados, qualquer dos Estados Membros poderá participar como observador ou eximir-se, total ou parcialmente, de participar por tempo definido ou indefinido.



Este Relatório foi elaborado pelo CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, no bojo das iniciativas da Articulação Feminista MarcoSur, e contou com o apoio da ONU-Mulheres no Brasil.



CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Endereço: SCS, Quadra 2, bloco C, Ed. Goiás, sala 602. Brasília, DF. Brasil. CEP 70317-900.

Tel/fax.: +55-61-32241791

Sítio eletrônico: www.cfemea.org.br



AFM – Articulación Feminista MarcoSur

Endereço: San José 1436. Montevideo. Uruguay

Tel.:(598)2901 8782 // 2902 0393

Sítio eletrônico: www.mujeresdelsur-afm.org.uy



Casa da ONU – Complexo Sérgio Vieira de Mello

Setor de Embaixadas Norte – SEN, Quadra 802 – Lote 17. CEP: 70800-400 – Brasília, DF.

Tel. (61) 3038-9280 | Fax: (61) 3038-9289

Sítio eletrônico: www.unwomen.org